

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM MORENO – PE:
O PROGRAMA AGROECOTURISTICO E AS SUAS
POSSIBILIDADES CONCRETAS DE MUDANÇA SOCIAL**

ROBSON NASCIMENTO DA MOTA

Recife, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM MORENO – PE:
O PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO E AS SUAS
POSSIBILIDADES CONCRETAS DE MUDANÇA SOCIAL**

ROBSON NASCIMENTO DA MOTA

Orientador: PROF. DOUTOR CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Recife, 2004

Mota, Robson Nascimento da
Turismo e desenvolvimento em Moreno-PE : o
programa agroecoturístico e as suas possibilidades
concretas de mudança social / Robson Nascimento
da Mota. – Recife : O Autor, 2004.
118 folhas : il., fig., fotos, mapa, quadros, tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Mestrado em Gestão e Políticas
Ambientais, 2004.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Turismo rural – Moreno-PE. 2. Turismo
ecológico – Moreno-PE. 3. Desenvolvimento –
Conceito. 4. Mudança social – Conceito. I. Título.

379.85	CDU (2.ed.)	UFPE
338.4791	CDD (22.ed.)	BC2006-218

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

ROBSON NASCIMENTO DA MOTA

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM MORENO-PE: O
PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO E AS SUAS POSSIBILIDADES
CONCRETAS DE MUDANÇA SOCIAL.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Dissertação aprovada em 31 / 08 / 2004.

Banca Examinadora:

Orientador: Cláudio Jorge Moura de Castilho
Prof. Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

1º Examinador (a): Eugênia Cristina Gonçalves Pereira
Profª. Eugênia Cristina Gonçalves Pereira (UFPE)

2º Examinador (a): _____
Prof. Luiz Marcio de Oliveira Assunção (UPE)

3º Examinador (a): José Zanon de Oliveira Passavante
Prof. José Zanon de Oliveira Passavante (UFPE)

A minha mãe, Maria José, e ao meu tio, Eraldo,
grandes incentivadores do meu crescimento humano e
profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha mãe, Maria José, pelo seu amor incondicional e presença constante na minha vida.

A minha avó, Umbelina, pela sua sabedoria e força.

Aos meus avós, Antônio, Ferreira e Maria (*in memoriam*) grandes incentivadores da educação.

Ao meu tio, Eraldo, pelo incentivo e ajuda na formação do profissional que hoje sou.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Jorge Mora de Castilho, pela orientação e principalmente pela paciência.

A todos os professores do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, visto que particularmente cada um contribui com o melhor de si para ser possível a conclusão dessa dissertação.

A Solange de Paula Lima, secretária do mestrado, pela imensa paciência que teve comigo.

Aos colegas que dividiram comigo os ensinamentos deste curso.

Aos amigos da Faculdade Santa Helena – FASH e das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA, pelo companheirismo e colaboração.

Aos meus amigos que me incentivaram à conclusão do curso, mesmo diante de tantos percalços.

Aos meus alunos da FASH e da FAINTVISA por serem sempre fonte de inspiração e incentivo na construção do saber.

A Edvaldo Rufino, prefeito de Moreno, Ubirajara Paes, ex-secretário de planejamento e meio ambiente de Moreno, e Admilson da Hora, secretário de desenvolvimento econômico e turismo do Moreno, pela grande colaboração de me liberar para a pesquisa como também no fornecimento de informações indispensáveis à elaboração dessa dissertação.

Ao povo de Moreno, com quem permaneci durante quase 5 anos e me inspiraram também na definição do tema deste trabalho.

A todos os entrevistados, sem os quais eu não teria avançado nesta pesquisa.

Ao meu irmão Rogério e cunhada Vilma pelos presentes que me deram: meus sobrinhos Tuanna e Rogério.

A minha sempre cunhada Neide, também, pelo presente que recebi: Ayanne.

Aos meus sobrinhos-filhos Ayanne, Tuanna e Rogério, por serem presentes de Deus e de seus pais.

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar o Programa Agroecoturístico do Moreno, enquanto ação do poder executivo local, em parceria com instituições, e suas reais possibilidades de promoção do desenvolvimento e de mudança social, a partir da definição de parâmetros conceituais de agroecoturismo, desenvolvimento e mudança social. A análise do programa foi realizada fazendo uso de pesquisa documental, observação participante e entrevista realizada com membros desse processo: o poder executivo local, participantes do Grupo de Trabalho do Agroecoturismo em Moreno, representante de instituição de consultoria, proprietários rurais e membros da população local. O trabalho também reúne conceitos e teorias sobre o tema escolhido, bem como elementos norteadores para a continuidade ou retomada do referido programa o qual julga-se como um passo muito importante na busca do desenvolvimento.

Palavras-chave: 1. Agroecoturismo – 2. Desenvolvimento – 3. Moreno.

ABSTRACT

This research was aimed at investigating the Agro-ecotourist Program of Moreno, as an initiative of the executive power, in a partnership with institutions, and its real possibilities of promoting development and social change, from the definition of agro-ecotourism conceptual patterns, development and social change. The analysis of the Program was made using bibliographic research, participant observation and interviews made with its main stakeholders: the local executive power, participants of the Agro-ecotourism Working Groups (WG) of Moreno, representatives of a consulting company, owners of rural properties and members of the local community. The research also compiles concepts and theories about the subject chosen, as well as guiding elements for the continuity or the restart of Program, which is considered to be an important step forward in search of development.

Keywords: 1. Agro-ecotourism – 2. Development – 3. Moreno

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O MUNICÍPIO DO MORENO E O SEU POTENCIAL PARA O AGROECOTURISMO	19
2.1 SITUAÇÃO E SÍTIO GEOGRÁFICOS	19
2.2 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DO LUGAR	22
2.3 EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DO AGROECOTURISMO	24
2.4 O POTENCIAL PARA O AGROECOTURISMO	31
3. O PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO DO MUNICÍPIO DO MORENO – PE	37
3.1 AÇÕES PREMILIMINARES FOMENTADAS PELO PODER EXECUTIVO LOCAL	37
3.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO	58
3.3 ANÁLISE DO PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO DO MORENO	71
4. O PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO E AS SUAS PERSPECTIVAS CONCRETAS DE MUDANÇA SOCIAL: A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO?	82
4.1 CONCEITUAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL	82
4.2 O AGROECOTURISMO E O DESENVOLVIMENTO EM MORENO	90
4.2.1 COMPREENSÃO QUANTO AO AGROECOTURISMO	91
4.2.2 DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL EM MORENO	93
5. CONCLUSÕES	99
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
7. APÊNDICES	108
8. ANEXOS	109

LISTA DE SIGLAS

AD-DIPER	Agência de Desenvolvimento de Pernambuco
APECO	Associação Pernambucana de Ecoturismo
BN	Banco do Nordeste do Brasil
CITURDES	Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
CPRH	Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR	Empresa Pernambucana de Turismo
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PMM	Prefeitura Municipal do Moreno
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PPSH	Plano de Preservação dos Sítios Históricos
SDETE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
SEBRAE	Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEDETUR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEPLAMA	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Mapa da situação geográfica do Município do Moreno na Região Metropolitana do Recife (RMR)	20
Foto I – Prédio da antiga Estação Ferroviária	32
Foto II – Prédio da Prefeitura Municipal do Moreno	32
Foto III – Igreja Matriz	33
Foto IV – Roda d’água do Engenho Seva	39
Foto V – Cachoeira do Engenho Seva	39
Foto VI – Engenho Sapucaia	40
Foto VII – Engenho Novo da Conceição	40
Foto VIII – Engenho Gurjaú de Cima	41
Foto IX – Engenho Pinto	41
Foto X – Engenho São Brás	42
Foto XI – Sede do antigo Engenho Carnijó	42
Foto XII – Ruínas do antigo Engenho Pereira	43
Foto XIII – Criação de capivara na fazenda N. Sra. de Lourdes	43
Foto XIV – Granja Santa Cecília	44
Foto XV – Artesanato de Moreno	45
Foto XVI – Grupo de Bacamarteiros de Moreno	45
Foto XVII – Mamulengo	46
Foto XVIII – Mata Caraúna	47
Foto XIX – Mata do Engenho Moreninho	47
Foto XX – Mata da Serra do Cotovelo	48
Foto XXI – Mata da Serra do Cumarú	48
Foto XXII – Mata do Sistema Gurjaú	49
Foto XXIII – Reserva Ecológica Carnijó	50
Foto XXIV – Rio Gurjaú	51
Foto XXV – Rio Jaboatão	52
Organograma do Plano de Desenvolvimento Turístico do Município do Moreno	56

LISTA DE TABELA

Tabela das Reservas localizadas no Município do Moreno	50
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Ações do processo de implantação do Agroecoturismo no Município do Moreno	54
Quadro II - Capacitação da mão de obra local	66

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva de um estudo mais acurado acerca das Políticas Municipais de Turismo, que cujo objetivo principal é o fomento ao desenvolvimento, constitui a proposta de trabalho. Tarefa árdua, à medida que a compreensão de desenvolvimento confunde-se com desenvolvimento econômico, este último formado basicamente pelo binômio do crescimento econômico e da modernização tecnológica (SOUZA, 2002, p. 18), o qual, na prática, atende apenas à inserção de parte da mão-de-obra local, deixando, ainda, no âmbito das elites locais, a real possibilidade de mudanças positivas nas dimensões do econômico, social, cultural e ecológico.

De qualquer maneira, esse problema fez emergir a necessidade de se interpretar e analisar mais profundamente um caso particular, do Programa Agroecoturístico do Moreno, para que se possa, a partir de seus resultados, criar parâmetros para outros modelos de gestão pública do turismo, mais especificamente do Agroecoturismo, que venham beneficiar a sociedade como um todo e não apenas a poucos grupos sociais dirigentes.

Faz-se mister ressaltar que este trabalho não se propõe a fazer uma análise conceitual do Agroecoturismo, mas a compreensão de uma modalidade de turismo diante da qual a sociedade (ou grupos específicos desta sociedade) procura satisfazer necessidades atreladas às exigências do atual contexto histórico do capitalismo: o estabelecimento de um maior contato com a natureza, com culturas tradicionais, retornando às origens, tendo como principais atrativos a cultura (representada pela vida no campo, arquitetura, religiosidade, atividade produtiva, culinária, hábitos e costumes) bem

como os recursos disponíveis na natureza (rios, matas, cachoeiras e clima), buscando a integração do homem com esse meio ambiente. Por isso é que se tem a utilização desta modalidade como mote para um modelo de gestão pública do turismo e suas conseqüências.

Mas a que interesses essa gestão tem atendido? A manutenção de elites tradicionais que se revezam no poder local ou ao desenvolvimento concreto da sociedade na sua totalidade?

Por meio desta pesquisa pôde-se analisar o papel do Programa Agroecoturístico do Município do Moreno – PE, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Turístico, iniciado em 1998, com o Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas, na perspectiva de tornar uma alternativa eficaz e viável, e que proporcione não apenas melhoria na qualidade de vida local, sobretudo, dos habitantes do Moreno, mas uma mudança efetiva da sociedade.

Além da destacada importância para o Município, evidenciando uma questão fundamental na área, este trabalho poderá ser relevante para a ciência, trazendo à luz uma realidade que, muitas vezes, é mais fábula¹ do que realidade concreta.

Estudar o Programa² Agroecoturístico do Município do Moreno – PE, a partir do sentido de uma análise conceitual quanto à expressão Agroecoturismo, muitas vezes

¹ “[O] mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação”. (TAVARES apud SANTOS, 2000, p.18)

² No que se concebe como programa, Molina e Rodriguez conceituam assim: “Esta fase inclui a programação, pressuposição, instrumentalização e avaliação das ações necessárias para modificar o objetivo

confundindo-se com outras expressões (agroturismo, turismo ecológico e turismo rural entre outras), mas no enfoque de uma política pública fomentadora do desenvolvimento, tornou-se, vale reiterar, o objetivo central deste trabalho.

O questionamento, acerca do Programa Agroecoturístico do Município do Moreno, poderá nos fornecer subsídios capazes de mensurar as reais possibilidades de desenvolvimento, os efeitos verificados na sociedade desde a implantação das primeiras ações desta política, no âmbito econômico, social, cultural e ecológico a partir de 1998. Obviamente no sentido de verificar se a concretização de seus objetivos ocorre com a promoção de mudanças significativas na qualidade de vida local, ou se, apenas, existe a intenção de promover uma política municipal de turismo, representada pelo Plano³ de Desenvolvimento Turístico, com o Programa Agroecoturístico e o Programa de Desenvolvimento do Turismo. Não obstante à divulgação da idéia de promover o Desenvolvimento Local.

Como resultado desta política, vê-se a execução de ações voltadas ao empreendedorismo urbano⁴ e rural provocando algumas visíveis modificações na vida dos atores sociais envolvidos no processo.

de planejamento no sentido desejado. Assim, as atividades de tal fase resumem-se em programas e projetos concretos que contribuem para aproximar o estado de coisas existente do estado de coisas ideal” (2001, p. 91)

³ Molina e Rodriguez conceituam plano como: “Os planos analisam a situação do objeto de planejamento, estabelecem objetivos e metas em relação ao desenvolvimento no futuro e propõem as formas e instrumentos que deverão ser empregadas para se alcançar os objetivos colocados” (2001, p. 91)

“É o resultado do processo de ações ordenadas, objetivando mudanças de uma estrutura sócio-econômica superada ou ineficiente. O plano se efetiva através da implantação de programas, onde estão os projetos – que são os desdobramentos dos objetivos do planejamento.” (BONALD NETO, 1999, p. 43)

⁴ Harvey (1996) caracteriza o empresariamento urbano “principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico.

Entretanto, essas ações empreendedoras podem estar constituindo um processo de descaracterização do espaço, em virtude das ações de uma turistificação que se baseia numa racionalidade técnica que não está adequada à realidade local.

Fundamentados no objetivo supramencionado, a questão central da pesquisa foi a seguinte: em que medida o Agroecoturismo, através do Programa Agroecoturístico, possui as possibilidades concretas de promover o desenvolvimento em Moreno?

A hipótese principal foi a seguinte: que esta proposta de turistificação do espaço local, pelo Agroecoturismo, não passa de mais uma fábula⁵ que mantém mais a realidade socioespacial existente do que promove a mudança social efetiva, sobretudo, porque não há a participação efetiva da sociedade civil no processo de gestão do território.

A motivação inicial para realização deste estudo originou-se na participação do autor na construção do Programa, objeto de estudo desde 1998 até junho de 2003, e em muitos momentos, por ter questionado os reais objetivos, as causas e as conseqüências do Programa.

No presente trabalho, utilizou-se pesquisa de caráter exploratório-descritivo, pois, nesse ponto, Triviños (1994, p. 109) torna ciente de que “os estudos exploratórios permitem o investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema, bem como aprofundar seu estudo nos limites de uma realidade específica”.

⁵ A interpretação de fábula neste trabalho já vista anteriormente

A coleta dos dados analisados consta de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando como fontes fundamentais: livros, artigos e documentos da própria gestão do município realizada de duas maneiras: antes das entrevistas e concomitante às mesmas.

As entrevistas foram realizadas com elementos relevantes, participantes do Programa: representantes do poder executivo local, instituições participantes do Grupo de Trabalho do Agroecoturismo, instituição consultora, alguns proprietários rurais e membros da sociedade local.

Visando o aprofundamento da análise e de uma melhor exposição do Município e do Programa, utilizou-se uso de mapas do Atlas Escolar de Pernambuco (2003). Neste - Situação Geográfica do Município do Moreno na Região Metropolitana do Recife (RMR), é possível, além de localizar o Município na RMR, constatar a sua proximidade com a capital pernambucana.

O primeiro capítulo desta dissertação trata da caracterização do Município do Moreno quanto à situação e sítio geográfico, à história e ao potencial para implantação do Agroecoturismo, bem como o que se entende por Agroecoturismo, que, conforme conclusão, é uma modalidade de Turismo agregadora de novos valores, que satisfaz às necessidades de uma sociedade moderna de estabelecer um maior contato com a natureza, com novas culturas e de retorno às origens, utilizando como principais atrativos: a cultura, representada, principalmente, pela vida no campo, pela arquitetura, pela religiosidade, pelas atividades agropecuárias, pela culinária, pelos hábitos e pelos costumes; e pelos recursos disponíveis na natureza: rios, matas, cachoeiras e clima. Isso tudo, além de

objetivar a compreensão da integração do homem nesse ambiente, a melhoria na qualidade de vida dos atores envolvidos e de se firmar como ferramenta de manutenção da cultura local e dos recursos disponíveis.

No segundo capítulo o Programa Agroecoturístico do Moreno é descrito desde a implantação, abordando e analisando as ações desenvolvidas, a partir de pesquisa documental e até a complementação pela análise do Programa sob a ótica dos entrevistados.

Ainda no segundo capítulo, a análise é feita através da utilização de parâmetros para identificação das reais possibilidades de promoção do desenvolvimento e da mudança social, o que foi definido, no capítulo III, como desenvolvimento e mudança social.

Pode-se entender que desenvolvimento é um conjunto de processos capaz de: garantir a satisfação das necessidades básicas da comunidade; garantir o uso dos recursos disponíveis; permitir a participação efetiva dos grupos sociais nas decisões que lhes concernem; respeitar os valores culturais, históricos, geográficos e ambientais; respeitar os desejos e as expectativas dos grupos sociais; garantir a liberdade de escolha; promover a justiça social, oferecer uma melhoria na qualidade de vida, nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental; gerar melhores perspectivas de vida; e, a partir daí, ser capaz de promover a mudança social efetiva. A discussão que levou a adotar esta compreensão de desenvolvimento consta no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo aborda a real capacidade do Programa em promover o desenvolvimento e a mudança social, partindo da compreensão enquanto desenvolvimento

e mudança social, e finalizando com análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, realizadas com membros do GT do Agroecoturismo, com o poder executivo local, com uma instituição consultora e com membros da sociedade.

Por fim, mediante o exposto, esta dissertação conclui as reais possibilidades de promoção do desenvolvimento em Moreno, a partir do Programa Agroecoturístico. Contudo deve-se ressaltar que está estruturada de modo a abordar as possibilidades de concretização de desenvolvimento, em Moreno, pelo Programa, mediante a análise das ações que levam a turistificação do espaço local, bem como o papel e percepção dos atores envolvidos no processo.

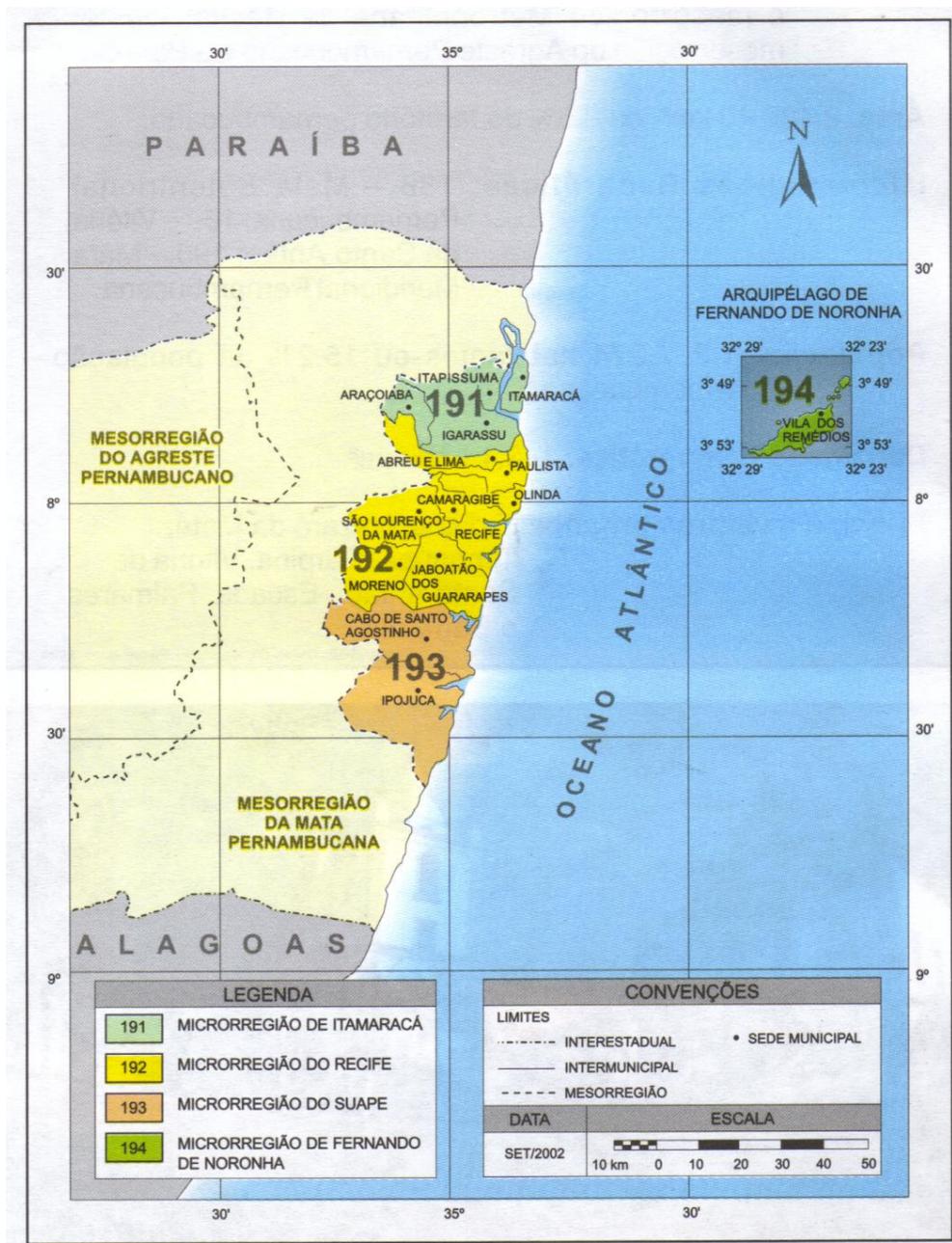
2. O MUNICÍPIO DO MORENO E O SEU POTENCIAL AGROECOTURÍSTICO

2.1 SITUAÇÃO E SÍTIO GEOGRÁFICO

Moreno é um município que faz parte da Região Metropolitana do Recife/RMR, situado apenas a 28km da capital pernambucana; possui uma área territorial de 189km², da qual 12,4km² é urbana e 176,6km² é rural, com população de 49.205 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: 38.294, habitantes na área urbana e 10.911, habitantes na área rural (IBGE, 2000).

Limita-se ao Norte com como o Município de São Lourenço da Mata, a Leste com o de Jaboatão dos Guararapes, ao Sul com o do Cabo de Santo Agostinho e a Oeste com o de Vitória de Santo Antão, conforme mapa da situação geográfica do Município do Moreno na Região Metropolitana do Recife:

**MAPA DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DO MORENO NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (RMR)**



Fonte: Atlas Escolar de Pernambuco, 2003.

A primeira vista, o grande percentual de área rural e a importância da produção agropecuária poderiam caracterizar o Município como rural, apesar de estar localizado na Região Metropolitana do Recife e de possuir uma forte taxa de urbanização. De qualquer maneira, pode-se afirmar que Moreno possui condições básicas para a implantação do Agroecoturismo.

Outros fortes argumentos para o crescimento de fluxos turísticos são a proximidade com grandes centros urbanos, principalmente a capital do Estado de Pernambuco, Recife, bem como o clima, o relevo e a vegetação.

A área municipal de Moreno situa-se numa região onde predomina o clima tropical, com temperatura média anual de 26° C, relevo ondulado e fortemente ondulado, vegetação atualmente composta de remanescentes da Mata Atlântica, capoeira, capoeirinha e vegetação arbustiva. Condições físico-naturais que contribuem para a formação de paisagens que reforçam os desejos de busca de ambientes alternativos à vida urbana.

Justaposta a esta realidade, acham-se fortemente presente atividades de exploração agrícola: basicamente o cultivo de cana-de-açúcar e de culturas semi-perenes, funcionando como meios de vida e subsistência das populações locais. O IBGE, através do censo 2000, destaca a participação dessas atividades no total da economia local.

O conjunto das características supra apresentadas, por si só, já representam uma parte das potencialidades para o desenvolvimento da modalidade de Turismo que o poder executivo local pretende implantar na área.

2.2 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DO LUGAR

O território do Município do Moreno teve o seu processo de ocupação baseado, primeiramente, no crescimento e na expansão da economia açucareira e depois na indústria têxtil.

Oficialmente, a história do Município é contada à luz de uma perspectiva tradicional, segundo a qual o português Baltazar Gonçalves Moreno adquiriu, no dia 29 de fevereiro de 1616, um grande engenho, bem montado, com extensos canaviais que, mais tarde, vinha a se chamar de Arraial de Catende, posteriormente de Vila Nathan e Vila de Morenos. Finalmente, Moreno.

No início do século XX, com a chegada da indústria têxtil belga *Société Cotonière Belge Brésilienne*, começa-se a delinear o seu crescimento urbano e, no final da década de 1920, a cidade já se achava constituída espacialmente, obtendo a sua emancipação através da Lei 1.931 de 11/09/1928.

Foi com a fábrica e em função desta grande forma espacial que se desenhou o perfil urbano que hoje a caracteriza: um traçado onde se localiza o centro comercial, a Vila Operária e os edifícios institucionais, culturais e religiosos construídos para estruturar a cidade e dar suporte à comunidade operária.

Várias cidades e subúrbios brasileiros, assim como Moreno, caracterizaram-se como núcleos fabris no início do século XX. Essas vilas e subúrbios marcaram uma nova forma de ocupação do território, caracterizando, no percurso da industrialização do país,

um novo quadro sócio-econômico e territorial, definindo novos papéis nas relações operário empresa e cidade.

A exemplo de outras cidades brasileiras, que possuíam uma economia centrada na indústria urbana local, Moreno tem sofrido um processo de estagnação econômica, social e espacial. Estagnação desencadeada pelo fechamento da sua indústria têxtil, em 1976, devido à crise econômica dos anos 1970, quando se inicia em todo o mundo redefinições quanto aos novos modelos de reestruturação produtiva e de busca de alternativas à resolução da crise do setor produtivo.

Com efeito, a dinâmica urbana local estava atrelada à atividade industrial, estimulando o crescimento de outras atividades e gerando emprego e renda. Com a sua crise, a cidade perdeu aquele dinamismo e ficou sem perspectiva de retomá-lo.

Na ausência de outra atividade capaz de reintegrar a população local à dinâmica econômica municipal, busca-se no Turismo, mais especificamente no Agroecoturismo, no caso de Moreno, uma alternativa de desenvolvimento local e de sustentabilidade. Mas a realização dessa proposta depende, de uma certa forma, do modelo de gestão adotado, bem como do que se entende por “desenvolvimento” e por “mudança social”.

2.3 EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DO AGROECOTURISMO

Existe uma grande polêmica envolvendo o conceito de Turismo Rural e/ou Agroturismo, uma vez que autores concordam e discordam no que tange à existência de um único conceito para esses dois termos, podendo para alguns serem considerados termos sinônimos.

Talvez, isto se deva à complexidade existente no âmbito das “fronteiras” entre espaço rural e espaço urbano, às mudanças de valores, das diferenças culturais, da grande diversidade, quanto à tipologia do Turismo. Em suma, o fato é que a dinâmica do Turismo e das suas relações com o espaço onde ele acontece são tão fortes e intensas que constroem uma complexidade difícil de ser definida.

Além disso, há a existência de uma outra polêmica traduzida no fato de se conceber um conceito de Turismo, levando-se em conta as suas relações ora com o espaço, ora com as necessidades e motivações da demanda por uma modalidade ou outra do Turismo. Mas, à medida que alguns conceitos baseiam-se no espaço e outros nas motivações sociais da atividade, sem se levar em conta as diversas inter-relações existentes entre as dimensões do real, acaba-se por fragmentar o real sem apreender a sua totalidade complexa.

Em alguns casos, as experiências em outros países são consideradas como verdades absolutas e não apenas como fontes de referência e de reflexão para o estudo da realidade brasileira. A construção do conhecimento e do saber não é estático, nem no espaço e nem no tempo, como também não se pode afirmar que algo escrito sobre uma realidade

qualquer é o certo e definitivo, principalmente, quando se consideram as características próprias da localidade em evidência, como bem esclarece uma especialista:

A primeira grande questão para iniciar a reflexão sobre o turismo rural no Brasil é a imprecisão de conceitos, a qual parece estar vinculada à tentativa de classificações baseadas em parâmetros europeus, o que resulta em graves equívocos por se tratar de realidades tão diferentes e complexas. Até mesmo as comparações entre os países europeus mostram modalidades distintas no que concerne ao turismo em espaço rural, não havendo afinidade de critérios para classificação. (RODRIGUES, 2001, p. 101)

Após a análise de vários conceitos sobre Turismo Rural, Tulik finaliza sua reflexão sobre os conceitos por ela estudados, lançando não uma proposta conceitual, mas refletindo, sobre o que outros autores inferem sobre Turismo Rural e sobre o agroturismo, concebendo-os como modalidades diferentes: a primeira, levando-se em conta o ambiente, o espaço e a cultura rural, podendo-se, também, desenvolver outras modalidades; e a segunda, conforme experiências européias, a produção agropecuária com a participação familiar. Assim sendo:

Afinal, o que é Turismo Rural? No sentido amplo, percebe-se que Turismo Rural consiste no conjunto de atividades desenvolvidas no espaço rural. Questiona-se, porém, se tudo o que existe nessa área é, de fato, rural. Vários autores discutem essa questão e não concordam com a aplicação genérica da expressão Turismo Rural a qualquer tipo de turismo. Para muitos especialistas, Turismo Rural, no estrito senso, deve estar ligado às características próprias do meio rural, excluindo-se desse rótulo outras formas que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural; deve estar ligado à paisagem rural, ao estilo de vida e à cultura rural. (2003, p. 43)

Em seguida, no que tange a outra modalidade destacada do Turismo, a autora diz o seguinte:

Agroturismo, portanto, conforme as experiências européias, desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de atividades e de renda, alojamento na propriedade e possibilidade de participar das atividades rotineiras. (ibidem, p. 39)

No Programa Agroecoturístico do Moreno, ambas idéias são consideradas numa única compreensão conceitual, aceitando-as como sinônimas e complementares para uma única modalidade de Turismo. Entretanto, para esta compreensão, o referido Programa agrega, ainda, uma outra modalidade de Turismo: o Ecoturismo.

Em outros casos, a conceituação fica demasiada aberta a interpretações bem pessoais, uma vez que se permitem ser utilizadas por outras modalidades. É o que diz Moletta. Segundo esta pesquisadora, é possível considerar como uma proposta conceitual:

Em termos gerais, turismo rural é uma atividade de lazer que o homem urbano procura junto às propriedades rurais produtivas, buscando resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local. Já para o homem do campo significa um meio para aumentar a sua renda mensal, de forma harmônica, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida. (MOLETTA e GOIDANICH, 2000, p.9)

Ainda Borges deixa sua proposta conceitual um tanto quanto receptiva à inserção de outras modalidades:

Resumindo, o Turismo Rural é um conceito múltiplo de um turismo integrado com a natureza, com a maneira de viver da nossa gente, com a aventura e com a região em que ele acontece. É uma proposta de respeito às nossas raízes, aos ecossistemas e à nossa identidade cultural. É um turismo de aproveitamento da zona rural em toda a sua diversidade. (1999, p.12)

Zimmermann (1996) lança o que se pode considerar uma primeira proposta conceitual mais aprofundada de Turismo Rural. Considera-se este autor como o responsável pela implantação do conceito de Turismo Rural no Brasil: O Turismo Rural é um produto que atende a demanda de uma clientela turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo.

Apesar de ser um dos conceitos mais antigos no Brasil, o de Zimmermann ainda aponta como uma referência para a realidade brasileira, colocando-se, muitas vezes, mais elucidativo que outros conceitos mais recentes, uma vez que o mesmo trata tanto do espaço em que a atividade está sendo desenvolvida, quanto da motivação da demanda e da produção agropecuária num todo.

Araújo, compreendendo a complexidade do conceito quanto ao espaço e à motivação, argumenta o seguinte sobre o Turismo Rural:

podemos dizer que se trata de uma oferta de atividades recreativas, alojamentos e serviços, que tem como base o meio rural, dirigidas especialmente aos habitantes das cidades que buscam gozar suas horas de lazer, descanso ou férias, em contato com a natureza e junto à população local. (2000, p. 31)

vamos conceituá-lo [Turismo Rural], de modo amplo, englobando não apenas as atividades consideradas não agrícolas, que vêm sendo desenvolvidas, especificamente dentro das propriedades rurais, mas também aquelas realizadas no meio rural, de modo geral, como o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo de negócio, o turismo de saúde, etc., que contribuem como fonte alternativa de renda e emprego para algumas propriedades rurais independentes ou não se praticam atividades agropecuárias. (2000, p.32)

Ainda, após a reflexão e análise de inúmeros conceitos, inclusive quanto às diferenças culturais entre a realidade brasileira e a de outros países e quanto aos aspectos motivacionais e de espaço, um outro autor finaliza, considerando o Agroturismo como:

a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. (PORTUGUEZ, 2002, p.77)

Em virtude da grande complexidade conceitual e de exploração do Turismo Rural, bem como dos benefícios que o mesmo é capaz de gerar para o desenvolvimento, o Governo Federal, por meio dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, concebeu as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (2004), a partir dos

resultados de várias iniciativas ocorridas. Dentre tais iniciativas, destacam-se as seguintes: oficinas, encontros e estudos, desde 1998 até 2003, visando notadamente contribuir para uma maior compreensão sobre esta modalidade de Turismo.

Nestas Diretrizes, o conceito de Turismo Rural consegue abranger aspectos relevantes, oportunizando uma maior compreensão do tema, observando-se aspectos do espaço geográfico, da economia, dos recursos naturais e culturais, bem como os sociais: “O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, 2004).

A compreensão ou reflexão de Turismo Rural, Agroturismo e Turismo no espaço rural é, portanto, apenas uma parte do marco conceitual, uma vez que a modalidade analisada, nesta dissertação, é a do Agroecoturismo, uma modalidade formada pela junção de duas outras, Turismo Rural (ou Agroturismo) e Turismo Ecológico (ou Ecoturismo). Por isso, faz-se necessário, também, a análise do que se considera como Ecoturismo.

A questão conceitual do Ecoturismo detém uma forte conotação similar à Turismo Ecológico, não havendo tantas interpretações diferentes entre os dois. Sendo mesmo, na sua maioria, consideradas expressões sinônimas.

Há, portanto, que compreender Turismo Ecológico e Ecoturismo como a mesma atividade, integrando a noção de exploração turística com a de sustentabilidade:

O turismo ecológico, ou ecoturismo, é a prática dessa atividade em áreas naturais nativas, pouco alteradas ou já recuperadas, que utiliza o patrimônio natural de forma sustentável, incentivando a sua conservação, promovendo a formação de uma consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas. (GOIDANICH e MOLETTA, 1998, p. 9)

No que tange à motivação da demanda desta modalidade de turismo:

Praticado por pessoas que apreciam a natureza, entre as quais destacam-se os residentes em países desenvolvidos, industrializados... O objetivo desses visitantes é respirar ar puro, apreciar a beleza do ambiente e registrar em fotos e filmes os elementos da fauna e da flora. (OLIVEIRA, 2001, p. 82)

Entretanto, no mesmo trabalho, Oliveira considera apenas sob a ótica do turista e não sob o aspecto local, considerando o Turismo Ecológico ou o Ecoturismo apenas como atividade de contemplação.

Outro autor consegue, a partir de uma reflexão sobre vários conceitos, chegar a uma proposta que une as motivações da demanda com as condições de ambiente e da comunidade local:

Pode-se compreender, portanto, que o turismo ecológico não se restringe apenas a uma viagem com o objetivo de contemplar a natureza. Os pilares de sua sustentação possuem bases ecológicas, social e holística, sendo exequível se houver respeito ao meio ambiente, eliminação ou redução da pobreza, implantação de Programas educacionais eficientes, resgate e fortalecimento da cultura local, criação de postos de trabalho e valorização do trabalho já existente. (SEABRA, 2001, p. 34)

Ainda, numa linha de pensamento semelhante, vale ressaltar outra conceituação de Ecoturismo:

O Ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e natureza, mas deve refletir também os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos socioculturais centrados particularmente na equidade social. (DIAS, 2003, p. 106)

Dessa revisão da literatura, no processo de busca de uma conceituação que atenda aos objetivos desta pesquisa, destaca-se a necessidade de entendimento quanto ao Agroecoturismo.

Quanto ao conceito do Agroecoturismo, ou seja, o desenvolvimento do Turismo Rural ou Agroturismo, na sua relação com o ecológico ou Ecoturismo, também chamado de Turismo Agroecológico, utilizado neste trabalho, existe a necessidade de mais reflexões.

Barth e al (em anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável) fazem uma reflexão sobre o Turismo Agroecológico como uma delimitação do Turismo Rural, o que não deixa de ser, se analisarmos sob a ótica da união de duas modalidades de Turismo o Rural e o Ecológico:

turismo rural, neste caso, delimitado como turismo Agroecológico, por seu caráter singular e de aproximação sócio-ambiental. Favorece ao turista o contato com a natureza e os produtores do campo, proporcionando uma educação alimentar saudável, auxiliando a integridade ambiental e trocas culturais com outras realidades. As possibilidades de diversificar a renda familiar – que normalmente é a base econômica nestas propriedades – auxilia permanência do homem do campo na sua qualificação pessoal, na sua elevação social e evita o êxodo rural. (2002, p. 280)

Não tendo a pretensão de levantar uma proposta conceitual sobre o Agroecoturismo, pois este trabalho leva, também, em consideração a compreensão disponibilizada pela equipe que contribuiu na construção do Programa Agroecoturismo do Município do Moreno, que considera o Agroecoturismo como uma modalidade de Turismo agregadora de novos valores, procurando satisfazer as necessidades de uma sociedade moderna em estabelecer um maior contato com a natureza, com novas culturas e de retornar às origens.

Para isso tem como principais atrativos: a cultura, representada pela vida no campo, arquitetura, religiosidade, atividades agropecuárias, culinária, hábitos e costumes; bem como pelos recursos disponíveis na natureza: rios, matas, cachoeiras e clima e pela compreensão da integração do homem nesse ambiente, procurando trazer melhorias na qualidade de vida dos atores envolvidos e como ferramenta de manutenção da cultura local e dos recursos disponíveis.

Todavia, na perspectiva de abordagem, questionando em que medida o Agroecoturismo, fundamentado no conjunto de atrativos que o Município contém, está sendo pensado como proposta efetiva de desenvolvimento para a sociedade local.

2.4 O POTENCIAL PARA O AGROECOTURISMO

Palco vivo do processo histórico de sua formação sócio-territorial, a configuração espacial urbana e arquitetônica apresentam algumas rugosidades⁶ características da Vila Operária, Fábrica, Estação Ferroviária (Foto I), Mercado Público, Prefeitura (Foto II), Igreja (Foto III) e outras edificações, possuindo relevante valor histórico-cultural não só para o seu povo, pelo fato de refletirem traços da cultura belga durante o início da industrialização do Brasil.

⁶ Rugosidades, segundo Milton Santos, refere-se ao conjunto das heranças históricas fixadas no espaço pela sociedade, no curso do seu processo de formação.

FOTO I
PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO II
PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO III
IGREJA MATRIZ



Fonte: Robson Mota, 2001.

Não se pode esquecer de que uma modalidade do Turismo não funciona separada da complexidade do lugar, e da sua relação com o global. Nesse sentido, os valores simbólicos do lugar podem desempenhar papel importante no que diz respeito à dinâmica do Turismo.

Na área rural, representando 93,4% do território municipal, estão sediados 39 (trinta e nove) engenhos os quais reportam belos exemplares da arquitetura colonial. Com grandes propriedades e a opulência estrutural e arquitetônica dos casarões, os engenhos nos remetem aos momentos de ascensão da cultura canavieira no estado de Pernambuco. Com efeito, Moreno foi um dos municípios do Estado que melhor representou a relevância econômica da produção canavieira em Pernambuco.

Antes mesmo da elaboração do Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas do Município do Moreno (1999), viabilizado pela parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal do Moreno, representada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

(SEPLAMA) e a Associação Pernambucana de Ecoturismo (APECO), já se fazia menção ao conjunto de suas potencialidades. Quando da realização desse diagnóstico, foram identificadas 18 propriedades rurais com potencial para o Agroecoturismo.

Durante a realização da revisão bibliográfica para o presente estudo, encontrou-se uma diversificada bibliografia sobre o potencial do Município para o Agroecoturismo.

O Território de Oportunidades na Região Metropolitana do Recife (FIDEM), que trata do potencial dos municípios da Região Metropolitana do Recife para diversas atividades, inclusive para o turismo, e mais precisamente as modalidades de turismo exploradas no espaço rural e natural, diz o seguinte:

A oeste da RMR, em parte dos municípios de Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, o Plano Diretor da Região Metropolitana – Metrópole 2010, destacou uma área com um conjunto de potencialidades favoráveis para uma proposta de intervenção de empreendimento voltado para o ecoturismo, o turismo rural, cultural e histórico. Este território compreende 10 matas (09 reservas Ecológicas das bacias do rio Jaboatão e Pirapama e uma mata de proteção ambiental da bacia do Rio Jaboatão), 09 sítios históricos (08 engenhos e a sede do município do Moreno) e áreas de proteção de mananciais. (FIDEM, 1998, p. 1)

Ainda, nas Estratégias para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Pirapama, em suas propostas de exploração de atividades nos municípios localizados no entorno da barragem, visando à promoção do desenvolvimento da região, menciona-se fartamente o potencial da Região Metropolitana do Recife:

O seu patrimônio histórico e cultural está representado principalmente pelo grande número de sedes de engenho que, com suas capelas e casas grandes, são testemunhos de diferentes fases da história econômica e cultural da bacia desde o século XVI. (CPRH/DFID, 1998, p. 5)

Ainda, no que se refere à bacia do Pirapama, em outro trabalho, A Agenda 21: Pirapama – Relatório Preliminar da Situação Atual da Área, referente ao projeto de ecoturismo na bacia do Rio Pirapama (CPRH/DFID, 2000), fica claro especificamente o potencial do Município do Moreno para o desenvolvimento do turismo, destacando os Engenhos Seva, Furnas, Laranjeiras, Contra-Açude, Caraúna, Javunda, Gurjaú de Cima, Brejo, Gurjaú de Baixo, Cumaru, Buscaú e Novo da Conceição.

O PPSH – Plano de Preservação dos Sítios Históricos (FIDEM, 1978) também enfoca o potencial histórico e arquitetônico do Município do Moreno para o turismo, onde vários engenhos foram citados, entre os quais se acham os Engenhos Pinto, Moreno, Gurjaú de Cima e as ruínas do Engenho Pereira.

Em seu livro, Arquitetura e Engenhos, resultado de sua tese de doutorado, Gomes (1997) menciona vários engenhos do Município do Moreno, destacando também o seu potencial histórico e arquitetônico dos Engenhos Javunda, Moreno, Novo da Conceição, Pocinho, Gurjaú de Cima e Pereira.

Também, no artigo Potencialidades e Perspectivas de Implantação do Agroecoturismo no Município do Moreno – PE, escrito pelo mesmo autor deste trabalho e apresentado no Congresso Brasileiro de Turismo em 2002, realizado em Foz de Iguaçu - PR, o potencial do Município do Moreno para o Agroecoturismo foi inicialmente discutido na comunidade acadêmica, assim como as reais possibilidades de implantação desta modalidade de turismo, por meio do Programa.

Outros trabalhos mencionam de forma mais aprofundada o potencial do Município do Moreno para o Agroecoturismo: O Plano de Implementação e o Plano de Ação, ambos realizados pelo poder executivo local, contudo, o primeiro em parceria com a Associação Pernambucana de Ecoturismo (APECO); e o segundo como uma forma de representação da Política Municipal de Turismo. Entretanto, por se tratarem de trabalhos que compõem o Programa estudado nesta dissertação, será tratado no capítulo seguinte, quando o mesmo será apresentado, desde a sua concepção até a sua implementação no Município.

3. O PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO DO MUNICÍPIO DO MORENO – PE

O presente capítulo descreverá, analisará e explicará como se procedeu o processo de elaboração e execução do Programa, a partir da análise documental e das entrevistas realizadas.

3.1 AÇÕES PRELIMINARES FOMENTADAS PELO PODER EXECUTIVO LOCAL

O Programa Agroecoturístico do Moreno tem o seu início, de fato, em junho de 1998, quando, através de uma parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal do Moreno (por meio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAMA) com a Associação Pernambucana de Ecoturismo (APECO), iniciou-se a elaboração do Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas existentes no Município do Moreno. Este trabalho foi finalizado e publicado em 1999, e foi considerado como o primeiro desta natureza no Estado de Pernambuco.

Neste Diagnóstico realizou-se um levantamento da potencialidade Agroecoturística do Município do Moreno. Esta potencialidade, como já foi vista no capítulo anterior, é representada pelo seu patrimônio cultural, composta basicamente pelos seus engenhos, arquitetura, história, gastronomia, artesanato e folclore, bem como pelo seu patrimônio natural, composto pela permanência dos remanescentes de Mata Atlântica e dos recursos hídricos, associados à infra-estrutura turística no município.

Assim direcionados, realizou-se um levantamento dos engenhos com potencial para exploração do Agroecoturismo, num total de 18 (dezoito) propriedades diagnosticadas dentre elas:

- O Engenho Moreno, onde D. Pedro II se hospedou durante sua passagem pelo Nordeste;
- O Engenho Seva, com cachoeira e roda d'água (Fotos IV e V);
- O Engenho Sapucaia, onde funciona a destilaria N. Sra. Auxiliadora (Foto VI);
- O Engenho Novo da Conceição, com sem mobiliário antigo (Foto VII);
- O Engenho Gurjaú de Cima, representante local do perfil arquitetônico (Foto VIII);
- O Engenho Pinto, hoje assentamento rural (Foto IX);
- O Engenho São Brás, com sua igreja, representante do barroco no Município (Foto X);
- A sede do antigo Engenho Carnijó, com sua estrutura metálica (Foto XI);
- As ruínas do antigo Engenho Pereira (Foto XII);
- A fazenda N. Sra. de Lourdes (Foto XIII) e a granja Santa Cecília (Foto XIV), localizadas em terras do antigo Engenho Pocinho e hoje criadouro de animais silvestre e cultivo de flores tropicais, respectivamente.

FOTO IV
RODA D'ÁGUA DO ENGENHO SEVA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO V
CACHOEIRA DO ENGENHO SEVA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO VI
ENGENHO SAPUCAIA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO VII
ENGENHO NOVO DA CONCEIÇÃO



Fonte: Robson Mota, 2003.

FOTO VIII
ENGENHO GURJAÚ DE CIMA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO IX
ENGENHO PINTO



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO X
ENGENHO SÃO BRÁS



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XI
SEDE DO ANTIGO ENGENHO CARNIJÓ



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XII
RUINAS DO ANTIGO ENGENHO PEREIRA



Fonte: Robson Mota, 2002.

FOTO XIII
CRIAÇÃO DE CAPIVARA NA FAZENDA N.SRA DE LOURDES



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XIV
GRANJA SANTA CECÍLIA



Fonte: CPRH, 2001.

É importante mencionar que, na realidade, os engenhos possuem esta denominação devido a questões históricas, mas, há muito tempo deixaram de produzir o açúcar, limitando-se, atualmente, apenas à produção agrícola da cana-de-açúcar, e muitos deles possuem suas sedes (casas-grandes) desabitadas, descaracterizadas ou mesmo em ruínas.

Mas constituem rugosidades que representam um capital simbólico a ser aproveitado para o desenvolvimento do Agroecoturismo. O capital simbólico, segundo Harvey (1996, p. 81): “Serve a funções ideológicas porque os mecanismos por meio dos quais ela [a produção do capital simbólico] contribui ‘para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecem ocultos’.”

Ainda, em relação ao patrimônio cultural, baseado no referido Diagnóstico de Potencialidades, pôde-se mencionar a gastronomia típica local, representada pelos seguintes pratos: buchada, caldo-de-cana, carne-de-bode, carne-de-sol, charque-de-coco, cocada, galinha-cabidela, mão-de-vaca, mel-de-engenho e sarapatel; o artesanato (Foto

XV), representado pelo bordado, cestaria, trançado, renda, tapeçaria e objetos em madeira; o folclore em cujas manifestações identificou-se: a capoeira, os bacamarteiros (Foto XVI), o mamulengo (Foto XVII) e a quadrilha; a história do Município, representada principalmente pelos marcos da passagem do Imperador D. Pedro II; e urbanização, quando sofre influência da presença do capital belga, com base na atividade produtiva.

FOTO XV
ARTESANATO DE MORENO



Fonte: Robson Mota, 2003.

FOTO XVI
GRUPO DE BACAMARTEIROS DE MORENO



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XVII
MAMULENGO



Fonte: SEDETUR, 2003.

Quanto ao patrimônio natural, o potencial do Município do Moreno, este apresenta uma excelente representação, tendo em vista o grande número de reservas e matas, remanescentes do ecossistema Mata Atlântica e pelos recursos hídricos. Em relação aos remanescentes do ecossistema Mata Atlântica, são destacadas as seguintes reservas pelo Diagnóstico: Mata Caraúna (Foto XVIII), Mata do Engenho Moreninho (Foto XIX), Mata da Serra do Cotovelo (Foto XX), Mata da Serra do Cumarú (Foto XXI) e a Mata do Sistema Gurjaú (Foto XXII), além das matas localizadas nas propriedades particulares.

FOTO XVIII
MATA CARAÚNA



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XIX
MATA DO ENGENHO MORENINHO



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XX
MATA DA SERRA DO COTOVELO



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XXI
MATA DA SERRA DO CUMARÚ



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XXII
MATA DO SISTEMA GURJAÚ



Fonte: Robson Mota, 2001.

A área de reservas florestais no Município totaliza 1.193,89 ha. que corresponde a 6,91% da área total. As reservas foram regulamentadas, entretanto não foram concretizadas. A falta de projetos efetivos de manejo, fiscalização, controle e regularização fundiária desencadeou a degradação dessas áreas. A tabela, a seguir, mostra a proporção do número de hectares degradados sobre a área total das reservas, alertando para a necessidade de se ter um controle maior sobre a área que constitui um dos potenciais importantes ao Agroecoturismo.

TABELA DAS RESERVAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DO MORENO – PE

RESERVAS	Área total (ha)1985	Áreas degradadas (ha) 1989	% de Áreas degradadas
Caraúna (1)	169,32	152,69	90,10
Eng. Moreninho (1)	66,48	-	00
Serra do Cotovelo (2)	977,50	511,24	52,30
Serra do Cumaru (1)	367,10	206,43	56,23
Sistema Gurjaú (3)	1.362,02	15,20	12,66

(1) Moreno, (2) Moreno/Cabo, (3) Moreno /Cabo/ Jaboatão

Fonte: FIDEM, 1989 apud Diagnostico de Potencialidades Agroecoturísticas do Município do Moreno

Em 2003, criou-se a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Município do Moreno, a Reserva Ecológica Carnijó (Foto XXIII), localizada na Fazenda Santa Beatriz de Carnijó, propriedade integrante do Programa Agroecoturístico do Moreno.

FOTO XXIII

RESERVA ECOLÓGICA CARNIJÓ



Fonte: Robson Mota, 2003.

Os recursos hídricos, outros elementos do potencial natural do Município do Moreno, representam-se pelos rios Gurjaú (Foto XXIV) e Jaboatão (Foto XXV), pelos

diversos riachos, cachoeiras e nascentes localizados nas propriedades diagnosticadas. Entretanto, devido ao lançamento de resíduos domésticos, águas servidas, agrotóxicos dos cultivos de cana-de-açúcar e de outras culturas e do desmatamento, principalmente, das matas ciliares encontram-se, em determinados trechos, impossibilitados de desenvolverem atividades agroecoturísticas, podendo inclusive ocasionar prejuízos à saúde pública, conforme informações fornecidas pela SEPLAMA.

FOTO XXIV
RIO GURJAÚ



Fonte: Robson Mota, 2001.

FOTO XXV
RIO JABOATÃO



Fonte: Robson Mota, 2001.

Além do potencial descrito, baseado no Diagnóstico de Potencialidades, posteriormente o poder executivo local estabeleceu outra parceria, desta vez com a OAP – Observadores de Aves de Pernambuco, com o intuito de se fazer um levantamento de avifauna no Município. Após a finalização deste trabalho, várias espécies foram encontradas, inclusive algumas que anteriormente não foram mencionadas pela literatura, relativas a este ambiente.

Após a conclusão do Diagnóstico de Potencialidades, estabeleceu-se outra parceria entre a Prefeitura do Moreno e a Associação Pernambucana de Ecoturismo (APECO), com a finalidade de elaborar o Plano de Ação para Implantação do Agroecoturismo no Município do Moreno, circunstância em que não foi analisada apenas a potencialidade do Município, mas também seus fatores limitantes, criando assim diversas proposições para a implantação do Agroecoturismo no Município. Neste novo trabalho, além das proposições de várias ações para o Município, elaborou-se um Plano Piloto, composto por 6 (seis)

propriedades com maior potencial e motivação dos proprietários para a diversificação da atividade econômica original destas propriedades.

A idéia de fazer um Plano Piloto, inserido no Plano de ação, oriundo da realidade das dificuldades a serem enfrentadas para sensibilizar e motivar os proprietários de todas as propriedades com potencial para o exercício do Agroecoturismo. Portanto, a equipe de elaboração trabalhou conjuntamente com os proprietários que estariam mais dispostos a iniciar a atividade e assim estender-se às demais propriedades, envolvendo-os no processo de implementação do Agroecoturismo.

Partindo de um Plano de Ação, estabeleceu-se uma nova parceria. Desta vez, a gestão municipal em conjunto com órgãos como a Fidem, AD-Diper, Empetur, UFPE, INCRA, Banco do Nordeste, CPRH e Sebrae, formando o Grupo de Trabalho do Agroecoturismo em Moreno, o GT do Agroecoturismo, que elaborou o Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno – Ações Estratégicas. Este último trabalho consiste numa reavaliação do Plano anterior, pois com esta nova parceria teriam à disposição um maior número de técnicos para análise das reais potencialidades e das proposições criadas anteriormente e ratificadas pela equipe.

Em março de 2001, com a nova reestruturação administrativa da Prefeitura do Moreno, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, ficando a partir de então sob a responsabilidade desta nova Secretaria, o conjunto das ações para implementação do Turismo no Município. Com essa reestruturação administrativa, verificou-se também a necessidade da criação de uma Política Municipal de Turismo, o

que se consumou com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno, inserindo-se, neste, o Programa Agroecoturístico.

No quadro I, pode-se observar a seqüência das ações macro realizadas, desde 1998, com o objetivo de implantação do Agroecoturismo no Município.

QUADRO I

AÇÕES MACRO NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO AGROECOTURISMO NO MUNICÍPIO DO MORENO – PE

AÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	PARCEIROS	COORD.
Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas	Levantamento do potencial natural e cultural do Município	Junho/98 a junho/99	APECO	SEPLAMA
Implantação do Agroecoturismo no Município do Moreno – Plano de Ação.	Avaliar o potencial e os fatores limitantes do Município e indicar ações a serem desenvolvidas para implantar o Agroecoturismo	Janeiro a Junho/2000	APECO	SEPLAMA
Criação do GT do Agroecoturismo	Criar um grupo de trabalho formado por instituições capazes de contribuir com o Programa	2º semestre de 2000	FIDEM, SEBRAE, EMPETUR, SDETE, Banco do Nordeste, UFPE	SEPLAMA
Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno	Estabelecer parcerias técnicas e rever as ações anteriores, indicando novas ações	Dezembro/2000	GT do Agroecoturismo em Moreno	SEPLAMA
Plano de Desenvolvimento Turístico de Moreno	Fazer do Turismo uma alternativa econômica viável, que proporcione melhoria na qualidade da vida local	Março/2001 - atualmente	Demais Secretarias Municipais, Instituições públicas e privadas e ongs	SEDETUR

Na última macro ação, no Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno, identificam-se dois Programas transversais: O Programa Agroecoturístico e o Programa de Desenvolvimento do Turismo.

O primeiro, responsável pela implantação da modalidade de turismo em que o Município vem trabalhando desde junho de 1998, através de projetos de Elaboração de Roteiros Agroecoturísticos, de Criação de Legislação Específica, de Realização de Diagnósticos de Avifauna, de Turismo de Aventura e de Turismo Esportivo; e o segundo Programa, responsável por toda atividade turística desenvolvida no Município, inclusive no que concerne à Infra-estrutura Turística, à Capacitação de Mão-de-obra, à Integração das Atividades Culturais à Atividade Turística, à Reestruturação do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, à Elaboração do Diagnóstico do Patrimônio Histórico arquitetônico, à Integração com Programas Regionais e ao Plano de Marketing, este último formado por projetos de Estatísticas Turísticas do Município, de Criação da Logomarca para o Turismo em Moreno, de Divulgação e de Captação de Novos Empreendedores.

No Organograma, transcrito na página seguinte, pode-se observar a composição do Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno, bem como dos dois Programas que o compõe, seguidos dos projetos específicos de cada Programa.

**ORGANOGRAMA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
DO MUNICÍPIO DO MORENO**



Fonte: Plano de Ação 2001/2004. PMM. Moreno, 2001.

Em decorrência do Programa Agroecoturístico ter tido sua iniciação realmente antes mesmo de sua oficialização com a reestruturação administrativa da gestão do executivo local, possuidora de uma certa identidade peculiar, tomou-se a iniciativa de criar dois Programas distintos no próprio Plano que representa a Política Municipal de Turismo de Moreno.

Para analisar o Programa Agroecoturístico, utilizou-se da pesquisa qualitativa, adotando-se a amostragem não probabilística intencional, onde foram realizando-se entrevistas com os atores participantes mais envolvidos com o processo que compõe a Política Municipal de Turismo do Município do Moreno: Gestão do executivo, GT do Agroecoturismo, empreendedores e membros da comunidade, comprometidos com o processo. Foi utilizado um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, operacionalizando-se através da técnica de entrevista, com dados coletados pelo próprio autor, mediante pesquisas com os atores envolvidos no processo.

Os dados coletados e analisados não são apenas de importância acadêmica, à medida que trazem à luz a realidade concreta como se vêm trabalhando a intenção da promoção do Desenvolvimento Local. Portanto, podem ser de interesse dos envolvidos, no cujo objetivo é a contribuição para a instrumentalização da gestão do Município do Moreno e dos atores envolvidos no processo da condução do Programa, procurando esclarecer os pontos ainda obscuros e orientando para a minimização dos impactos negativos e a otimização dos impactos positivos e ainda como parâmetros para a realização de outros trabalhos desta natureza.

3.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO

Utilizando-se da pesquisa documental, realizada principalmente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), aliada à experiência, durante a permanência do autor desta pesquisa à frente da Chefia de Divisão e, posteriormente, da Diretoria de Turismo da referida Secretaria, foi possível elencar as ações macros, já descritas, conforme o Quadro I, assim como as demais ações.

É importante frisar que a análise deste capítulo foi realizada através dos seguintes documentos: Plano de Ação (PMM/SEDETUR, 2001), Relatório das Ações Desenvolvidas, em Desenvolvimento e a serem Desenvolvidas (SEDETUR, 2003) e de levantamentos das capacitações realizadas (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL e SEDETUR, 2003), que seguem em anexo a este trabalho, analisados, tomando-se como parâmetros a compreensão quanto ao desenvolvimento, bem como à sua viabilidade pelo agroecoturismo.

Conforme já mencionado, o Programa Agroecoturístico está inter-relacionado com o Programa de Desenvolvimento do Turismo, este último responsável basicamente pelas ações estruturais e ambos integrantes do Plano de Desenvolvimento Turístico do Moreno. Portanto, face ao exposto, faz-se necessário analisar as ações dos dois Programas.

Conforme abordado no início deste capítulo, o Programa Agroecoturístico do Moreno iniciou, de fato em 1998, com a criação do Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas, realizado com a parceria firmada entre a Prefeitura Municipal do Moreno (PMM) e a Associação Pernambucana de Ecoturismo (APECO), quando foi

realizado o levantamento de todo o potencial do Município para a modalidade de Turismo a que o poder executivo local tinha a intenção de exploração da atividade turística. Desde o início até 2001, esteve à frente do Programa a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA).

Em 1999, a SEPLAMA e a APECO elaboram o Plano de Ação, do qual faz parte o Plano Piloto, composto por 6 (seis) propriedades. Foi com essas 6 (seis) propriedades que o Programa iniciou o processo de implantação do Agroecoturismo, não antes da elaboração do Plano de Implementação do Agroecoturismo em Moreno – Proposições de Ações Estratégicas, realizado em 2000 pelo GT do Agroecoturismo do Moreno⁷.

A partir de 2002, com a nova estrutura administrativa do poder executivo local, criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), entre outras, as ações para implantação do Agroecoturismo começaram a serem realizadas. Claro que as ações anteriormente realizadas, de planejamento, não podem ser desconsideradas como parte do processo de implantação, principalmente quando se trata do Diagnóstico de Potencialidades Agro-ecoturísticas.

Com a criação da SEDETUR e a transferência do Programa da SEPLAMA para a primeira, elaborou-se o Plano de Ação – 2001/2004, que representa a política municipal de turismo. Plano este já abordado no início deste capítulo.

⁷ O GT, grupo de trabalho, do Agroecoturismo em Moreno já abordado refere-se ao grupo interinstitucional formado pela Prefeitura Municipal do Moreno, FIDEM, EMPETUR, CPRH, SEBRAE, INCRA, AD-DIPER, SDETE e Banco do Nordeste.

Com o objetivo de facilitar a análise das ações desenvolvida durante a implantação do Programa, optou-se em adotar, como elemento norteador, o organograma, que compõe o Plano de Ação, devidamente atualizado.

No que tange o Programa Agroecoturístico, cujo objetivo é “Viabilizar a produção turística no espaço rural e natural do Município” (Plano de Ação, 2001), o mesmo é composto, inicialmente, pelos projetos de Implantação de Roteiros Turísticos; de Elaboração de Legislação Específica e de Elaboração do Diagnóstico de viabilidade para Turismo Esportivo e de Aventura, e, posteriormente, a partir de nova parceria com a OAP, acrescido do projeto de Diagnóstico de Avifauna.

Em relação ao Programa de Desenvolvimento do Turismo, que tem em como objetivo: “Fazer do turismo um a alternativa econômica viável, que proporcione melhoria na qualidade de vida local” (Plano de ação, 2001), é composto pelos projetos de Melhoria da Infra-estrutura Turística; de Capacitação da Mão de Obra; de Integração das Atividades Culturais, de Reestruturação do PNMT, de Integração com Programas Turísticos Regionais, de Diagnóstico do Patrimônio Histórico Cultural e do Plano de Marketing. Sendo este último subdividido em Estatísticas Turísticas, Logomarca do Turismo, Divulgação e Captação de Novos Empreendedores. Originalmente, constava, como parte integrante deste Programa, o projeto de Reestruturação da Rota do Forró, entretanto, por questões políticas e de autoria da rota, a mesma foi retirada do Programa.

As ações desenvolvidas, em cada projeto, anteriormente mencionado, serão analisadas a seguir.

No projeto Roteiros Agroecoturísticos, observa-se, além das ações realizadas anteriormente a inserção do Programa ao Plano de Ação, a realização das seguintes ações:

- Realização, no segundo semestre de 2001, da I Oficina para Implantação do Agroecoturismo, realizada com a participação dos integrantes do GT do Agroecoturismo e dos proprietários rurais que fazem parte do Plano Piloto;
- Reuniões sistemáticas do GT do Agroecoturismo. Após a realização da I Oficina anteriormente relatada, os proprietários passaram a fazer parte do Grupo de Trabalho, contribuindo na continuidade do Programa;
- Em parceria com a Reserva Carnijó, o poder executivo local viabilizou a melhoria da infra-estrutura de acesso à esta propriedade.

A realização da I Oficina, realizada com a participação de representantes institucionais do GT do Agroecoturismo e os proprietários integrantes ao Plano Piloto, de fato foi de grande importância para o Programa, porém, a mesma foi realizada só após a execução de várias ações planejadas, geridas e implantadas exclusivamente pelos técnicos integrantes do Grupo de Trabalho, deixando os grupos sociais não participando efetivamente das decisões.

Após a realização da supra oficina os proprietários constantes no Plano Piloto passaram a participar das reuniões do GT, porém, o que deveria ser uma participação de maior número representativo da sociedade local, restringiu-se apenas à uma minoria

formada pela elite proprietária de terras, com exceção da presença de uma propriedade constituída a partir de assentamento rural.

Quanto à participação do poder executivo local na implantação do primeiro equipamento Agroecoturístico do Município, fica óbvio a melhoria do acesso apenas a uma determinada propriedade, esquecendo-se do seu entorno, uma vez que, na comunidade de N. Sra. da Conceição, comunidade localizada no caminho desta propriedade, não foi observada nenhuma melhoria, inclusive mantendo-se a deposição dos resíduos sólidos às margens da estrada que corta a comunidade, e que leva ao primeiro equipamento Agroecoturístico. A parceria a que se refere o projeto se deu apenas na acessibilidade do terreno.

A necessidade de se criar uma legislação específica objetivando a operacionalização, controle e fiscalização da atividade agroecoturística no Município do Moreno, consta como um dos projetos. Entretanto, a única etapa realizada deste projeto foi o levantamento junto à Prefeitura Municipal do Bonito - MS e ao Conselho Municipal de Turismo do mesmo Município, da legislação que servira como base para a elaboração de uma específica ao Município de Moreno.

Este projeto, que seria uma grande ferramenta para a manutenção dos recursos disponíveis, após uma adequação à realidade local, de uma legislação própria para a produção agroecoturística no Município do Moreno, nunca conseguiu sair apenas do levantamento de um referencial para a sua elaboração,.

Com a finalidade de aprofundar o levantamento do potencial do Município para o desenvolvimento de atividades ligadas ao Turismo Esportivo e o de Aventura, inicialmente e de forma primária realizado no Diagnóstico de Potencialidades, como complemento ao Agroecoturismo, firma-se como objetivo do projeto: Diagnóstico de Viabilidade para o Turismo Esportivo e de Aventura. Entretanto, em virtude de dificuldades, principalmente de se estabelecer parcerias nos moldes da realizada com a APECO⁸, o projeto foi relegado a oportunidades futuras, não sendo realizado.

A partir de oportunidade surgida, posteriormente a elaboração do plano, foi possível estabelecer outra parceria, desta vez com a Observadores de Aves de Pernambuco (OAP) visando o levantamento do potencial do Município para a atividade de observação de aves, passando desta forma a conter um novo projeto: Diagnóstico de Avifauna. Este foi realizado com as propriedades: Reserva Carnijó e Granja Santa Cecília, onde várias espécies de aves, com potencial para a atividade, foram identificadas, algumas raras para a região.

A partir deste projeto, conseguiu-se contribuir para o fortalecimento do Município enquanto destino Agroecoturístico. Entretanto, nota-se que o projeto foi realizado apenas em propriedades particulares, mais especificamente em duas, viabilizando, desta forma, o fortalecimento de uma minoria.

Objetivando viabilizar condições estruturais para a exploração da atividade turística no Município, o Projeto de Melhoria da Infra-estrutura Turística conta inicialmente com a

⁸ A parceria entre a PMM/SEPLAMA e a APECO foi realizada como Cooperação Técnica sem custos financeiros à Prefeitura, ficando a cargo do poder executivo local viabilizar apoio logístico e a APECO com

atualização do inventário turístico para posterior definição e priorização das necessidades estruturais.

A atualização do inventário foi realizada, inclusive com a participação de estagiários de instituições de ensino superior (IES) como Faculdade Integrada do Recife (FIR) e Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (FAINTVISA).

No que se refere às necessidades estruturais indispensáveis e emergenciais, para a implantação do Agroecoturismo no Município, foram identificadas pelo GT as seguintes: melhoria do acesso às propriedades e implantação da sinalização turística.

Conforme já abordado anteriormente neste capítulo, por meio de uma parceria estabelecida entre a Reserva Carnijó e a PMM viabilizou-se, de forma emergencial, o acesso à esta Reserva.

Entendendo-se como infra-estrutura turística o conjunto formado pela infra-estrutura básica, os equipamentos e serviços de apoio e os equipamentos e serviços turísticos, nota-se a deficiência do projeto desde a identificação das necessidades até a execução de apenas uma delas.

Conforme relatado e analisado anteriormente, no caso do primeiro equipamento Agroecoturístico do Município, a Reserva Ecológica Carnijó, a comunidade que se encontra em seu entorno, N. Sra. da Conceição, em momento algum sofreu algum tipo de

recursos técnicos. Este tipo de parceria foi realizada apenas para a elaboração do Diagnóstico de Viabilidade Agroecoturística

melhoria, ficando mais gritante a problemática da deposição dos resíduos sólidos na própria comunidade.

Visando capacitar recursos humanos local à atividade turística, o projeto de Capacitação de mão-de-obra específica, dentre os projetos definidos no Plano de Ação, destaca-se como o que mais mostrou resultados. Entretanto destaca-se apenas como resultados quantitativos.

Ora coordenadas pela SEDETUR, ora pela Secretaria de Desenvolvimento Social, as capacitações realizadas, a partir de parcerias com entidades como: Visão Mundial, Tortura Nunca Mais, Central Geral dos Trabalhadores/Recife/PE (CGT), Cooperativa de Profissionais Liberais Ltda (ANCORA) e Instituto de Apoio a Universidade de Pernambuco (IAUPE), com recursos do Fundo de Amparo do Trabalho (FAT) e do Programa Estadual de Qualificação (PEQ), foram realizadas capacitações, tanto específicas para a atividade turísticas como para atividades afins, conforme Quadro II.

No quadro II pode-se observar um grande número de capacitados, se comparados com o período e com a demanda de mercado. Entretanto, os dados obtidos no que se refere ao número de capacitados, em alguns documentos confundem-se com os das vagas oferecidas.

QUADRO II
CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA LOCAL

CURSO	ENTIDADE EXECUTORA	PERÍODO	Nº DE CAPACITADOS
Elaboração de Roteiros Turísticos	ÂNCORA	Junho e julho/2001	35
Elaboração de roteiros turísticos	ÂNCORA	Junho e julho/2001	40
Gestão de Pequenos Negócios		Setembro/2001	12
Recepcionista de Eventos		Outubro/2001	24
Eletricista para autos	CGT	Novembro e dezembro/2001	60
Condutor de Trilhas Ecológicas	ÂNCORA	Dezembro/2001	30
Informática básica	IAUPE	Dezembro/2001 e janeiro/2002	50
Montagem e manutenção em microcomputadores	IAUPE	Janeiro/2002	46
Informática básica	IAUPE	Janeiro/2002	50
Elaboração de Roteiros Turísticos	ÂNCORA	Janeiro/2002	36
Inglês	Visão Mundial	Janeiro/2002	40
Espanhol	Visão Mundial	Janeiro/2002	40
Turismo Ecológico/Trilheiros	IAUPE	Janeiro e fevereiro/2002	40
Condutor de Trilhas Ecológicas	ÂNCORA	Fevereiro/2002	40
Turismo	Tortura Nunca Mais	Fevereiro e abril/2003	99
Paisagismo e jardinagem	Tortura Nunca Mais	Março e abril/2003	76
Fabricação de tambores de alfaia	Tortura Nunca Mais	Abril/2003	100
TOTAL DE CAPACITADOS			818

Neste projeto pode-se observar resultados quantitativos, entretanto em momento algum se tentou mensurar a qualidade das capacitações, o que se questiona levando-se em

consideração o tempo de realização dos cursos, a qualificação dos professores e o conteúdo programático.

Um outro ponto importante observado, é que foram capacitações seguidas, sem grandes perspectivas de inserção no mercado pelos capacitados, uma vez que apenas uma propriedade Agroecoturística encontra-se efetivamente em funcionamento e o Município possui apenas um hotel. Questiona-se, desta forma, para que servem essas “capacitações”.

Com o objetivo de inserir as manifestações culturais locais na atividade turística, o projeto Integração das Atividades Culturais à Atividade Turística, conforme pesquisa documental e observação participativa desenvolveu as seguintes ações:

- Cadastramento dos artesãos e artistas plásticos, junto a SEDETUR e a Cruzada de Ação Social;
- Articulação na formação da Associação Morenense de Artesãos e Artistas Plásticos;
- Lançamento do Prêmio Banco do Nordeste para criação do “souvenir” símbolo do Município do Moreno, onde os artesãos e artistas plásticos locais participaram efetivamente;
- Em virtude da inexistência de local adequado para comercialização do artesanato e da não ocorrência de um fluxo turístico que justificasse a comercialização no Município, a SEDETUR viabilizou a participação dos artesãos e artistas plásticos em vários eventos e exposições, visando a divulgação do artesanato local. Eventos como: Paranambuco,

Shopping Center Recife, Casa da Cultura, Parque Aquático de Pernambuco, Fazenda Santa Beatriz de Carnijó, Fenneart e Festival de Rodeio do Parque do Cordeiro.

Neste projeto houve, de fato, uma maior intenção em valorizar o artesanato local, abrangendo um maior número de atores sociais envolvidos no processo de produção de artesanato e de artes manuais. Desde o credenciamento, junto às instituições estaduais, até a viabilização da participação em eventos. Entretanto apenas o artesanato, enquanto expressão cultural local, teve ações deste projeto, e mesmo assim, não consta dados que demonstrem melhoria na qualidade de vida dos envolvidos. A valorização da cultura é importante? Inquestionável. Mas não estaria incluído nessa cultura a sociedade local? Diante disto questiona-se os resultados obtidos a partir deste Projeto.

Estabelecer parcerias com demais Programas turísticos da região destaca-se como objetivo do projeto Integração dos Programas Turísticos da Região. Entretanto, apenas dois contatos isolados e sem posterior progresso, com as Prefeituras do Cabo de Santo Agostinho e de Paudalho, foram realizados.

Procurar desenvolver a região utilizando-se da potencialidade de cada localidade, com certeza poderia promover maiores efeitos, tanto em relação ao fluxo turístico, quanto ao número de indivíduos envolvidos.

Viabilizar o retorno do município às oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo é o objetivo do projeto: Reestruturação da Participação do Município no PNMT.

O Município do Moreno já havia participado da I Oficina do PNMT, em conjunto com o Município de Vitória de Santo Antão, no período de 19 a 21/09/99. A coordenação do Plano de Ação, identificando a necessidade da continuidade das II e III oficinas, criou o projeto, que no entanto, por falta de recursos financeiros, não foi viabilizado.

Em relação ao projeto *Elaboração de Diagnóstico Histórico-cultural*, em 2002, por solicitação da SEDETUR, a Cardus – Estratégias Urbanas, representada pela arquiteta Vitória Andrade, elaborou uma proposta de plano de trabalho, visando a implantação do Agroecoturismo em Moreno, a partir da valorização do patrimônio arquitetônico formado pelos engenhos, entre outras rugosidades. O presente trabalho apresenta como objetivos gerais:

Elaborar plano piloto de desenvolvimento territorial rural do município de Moreno estabelecendo as diretrizes para a dinamização das atividades produtivas já existentes, e para a instalação de atividades diversificadas e complementares, articulando-as em cadeia, através da reutilização dos seus patrimônios natural e construído, e da formação e capacitação da comunidade local, visando a formação de produto agro-turístico na Região Metropolitana do Recife, fortificando seu potencial rural e sua identidade com a Zona da Mata Pernambucana. (MORENO DOS ENGENHOS, 2002)

Entretanto, conforme observado pelo autor desta dissertação, enquanto diretor de turismo da SEDETUR, foi inviabilizada a realização da proposta Moreno dos Engenhos, alegando-se a falta de recursos financeiros.

Subdivido em Estatísticas Turísticas, Criação da Logomarca do Turismo em Moreno, Divulgação e Captação de Novos Empreendedores, o Plano de Marketing tem em seu objetivo o fomento, à promoção e à divulgação do Município, enquanto produto turístico.

A partir da inserção do Programa Agroecoturístico à SEDETUR, em 2001, foram instaladas as estatísticas turísticas do Município, sendo realizadas as pesquisas de demanda das festas de São João dos anos de 2001 e 2002, visando conhecer o perfil do turista que visita o Município durante os festejos juninos, sendo fonte de informação para integrá-los ao Agroecoturismo.

Em 2001, após vários encontros entre a SEDETUR e a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, foi criada a logomarca do Turismo no Município: “Turismo em Moreno – uma nova opção”.

Desde o início do Programa, em 1998, o Município vem divulgando seu potencial, na mídia escrita e televisiva, como localidade em planejamento, porém a partir do início das atividades do primeiro equipamento Agroecoturístico, a Reserva Carnijó, em 2003, o Município passou a ser divulgado já como destino, nos seguintes meios de comunicação: Rede Globo Nordeste, Rede TV, TV Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Folha de Pernambuco e revista Época.

A promoção do Município, por meio de *folder* institucional, não foi viabilizada, com exceção do *folder* para lançamento do Diagnóstico de Potencialidades, em 1999.

As ações realizadas desde 1998, visando agregar o maior número de propriedades rurais para o Programa Agroecoturístico, configura-se com as primeiras ações de captação de novos empreendedores. Porém, a partir da criação da SEDETUR, duas de suas diretorias, a de Turismo e a de Desenvolvimento Econômico, articulam-se em prol da

busca de novos empreendedores tanto do próprio Município como de municípios localizados na mesma região.

Durante a análise da pesquisa documental, e através da vivência do autor desta dissertação, à frente da diretoria de turismo da SEDETUR, foi possível observar que o Programa, então analisado, foi concebido isoladamente, ou seja, como se o Agroecoturismo ou mesmo o Turismo pudesse ser implantado mediante elaboração de planos, programas e projetos independentemente de ações de outras instâncias dos setores público e privado.

Entretanto, partindo-se inicialmente da compreensão de desenvolvimento aceita neste trabalho, torna-se praticamente impossível um plano atingir objetivos concreto de desenvolvimento sem haver um trabalho conjunto entre a secretaria municipal, responsável pelo turismo com as demais secretarias, e os diversos setores privados da comunidade local, na sua totalidade.

3.3 ANÁLISE DO PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO DO MORENO

Para poder analisar o Programa, sob a ótica dos entrevistados, utilizou-se das seguintes perguntas: O quê você conhece sobre o Programa Agroecoturístico do Moreno?; Como você avalia o Programa, desde a sua implantação em 1998? O que o Programa já trouxe de benefícios para o Município e para a população local? e Como deveria acontecer a implantação ou a continuação da implantação deste Programa?

Outras perguntas foram feitas para que fosse possível uma melhor analisar e confrontá-las com as que já foi citado: Especificamente, quais seriam os atores envolvidos no Programa Agroecoturístico do Moreno? Esse Programa constitui-se um referencial para o desenvolvimento e promoção de mudança social? Você crê no Programa? Qual a sua participação nesse Programa? O que ainda precisa ser feito? Quais as suas sugestões para o Programa?

Seguindo a ordem definida neste trabalho, analisou-se o Programa Agroecoturístico do Moreno sob a ótica dos seguintes entrevistados: dois representante do poder executivo local, quatro representantes das instituições (estaduais e federais) participantes do GT do Agroecoturismo em Moreno, um representante de uma instituição consultora, três entrevistados representando os proprietários rurais que participam do GT e dois membros da sociedade que tiveram participação no Programa.

Na primeira pergunta aos entrevistados do poder executivo local sobre o Programa Agroecoturístico do Moreno, a fim de identificar o nível de conhecimento dos mesmos sobre o referido Programa, obteve-se como resposta:

O Programa na realidade é um sentimento inicialmente que Moreno era diferenciado: as potencialidades, as características, a proximidade com os grandes centros. A partir daí houve um diagnóstico, que se identificou, de forma técnica, que potencialidades são essas e aí veio outras etapas: o envolvimento dos proprietários e dos empresários da área, o associativismo das ações.

Outro entrevistado respondeu da seguinte forma: “O que eu conheço é o diagnóstico, o inventário e o plano de ação e algumas ações realizadas com resultados significativos.”

Quanto ao conhecimento dos representantes das instituições participantes do GT, os entrevistados forneceram as seguintes respostas: “Sei que é um Programa que procura inserir o Município no Agroecoturismo, por meio de várias ações entre o poder público e os empresários”, “Um Programa para fazer a atividade turística nas áreas rurais”, “É um Programa que vem sendo implantado, no Município, pelo poder público local em parceria com várias instituições e com os proprietários rurais, visando promover o desenvolvimento local” e “Programa turístico com a finalidade de utilizar os recursos naturais e culturais locais como potenciais turísticos para o desenvolvimento local” .

O entrevistado representante da instituição consultora, reconhece o Programa como: “Uma feliz iniciativa, que envolveu órgãos públicos, empresários e segmentos da população, visando implantar um recente modelo de desenvolvimento econômico e social para o Município.”

Os proprietários rurais entrevistados detêm o seguinte conhecimento sobre o Programa: “Conheço desde o início, mas acho que na verdade não passou de levantamentos, pois as ações concretas nunca foram realizadas”, “Sei que é um Programa que tenta implantar o Agroecoturismo” e “Um Programa que procura utilizar o Agroecoturismo como ferramenta para promover o desenvolvimento”.

Já os dois entrevistados da comunidade reconhecem o Programa da seguinte forma: “Tenho conhecimento desde o início, quando começou o diagnóstico e hoje tenho meu emprego” e “É um emprego que vem tentando abrir os engenhos e as matas para que os turistas possam conhecer e a população de Moreno trabalhando”

Conforme é possível observar, os entrevistados possuem conhecimento cronológico e quanto aos objetivos econômicos do Programa, salvo exceções, alguns demonstraram a preocupação com o social e o cultural.

Quando, durante as entrevistas, foi questionado como os entrevistados avaliam o Programa, obtive-se as seguintes respostas do poder executivo local, prefeito e secretário:

Eu acho que, embora a gente possa dizer que tem algo implantado, alguns atrativos já em execução e exploração, muitas vezes a questão da infra-estrutura, os altos e baixos dos empresários e o imediatismo, isso contribui, em determinados momentos, positivamente e, em outros, negativamente. Eu acredito que poderia ter avançado mais, porém os desacertos e desencontros, eles têm que servir como indicações e experiências para que a gente venha a vencer os desafios.

Eu acho que para o Programa faltou divulgação. Tinha o material, tinha as condições para se desenvolver, mas na estratégia de desenvolvimento não continha esse elemento de divulgação maciça. Talvez até por falta de adesão dos demais setores da prefeitura, mas com certeza a falha maior foi nossa em não ter implementado esse plano de divulgação.

Em relação aos representantes das instituições componentes do GT, obtive-se as seguintes respostas: “No início demonstrou muitos resultados quanto ao planejamento⁹, mas os resultados são poucos. Precisa ter mais apoio”, “Acho que deveria ter feito algo de concreto”, “Não tenho subsídios suficientes para responder”, “É um tanto quanto difícil avaliar esse Programa, pois não temos resultados tão expressivos assim”.

O representante da instituição que prestou consultoria ao Programa, resumiu a avaliação da seguinte maneira:

Quanto ao Programa, ele foi criado para dar certo e promover o desenvolvimento do município, e seu planejamento pode e deve incluir alterações, com o passar do

⁹ Aqui há uma confusão entre os conceitos de planejamento e gestão: o primeiro refere-se a um conjunto de ações implementadas num lugar, numa perspectiva global e de longo prazo; ao passo que o segundo refere-se a um conjunto de ações implementadas, numa perspectiva local e de curto prazo para fim imediatista e pragmáticos. Nesse sentido, em Moreno, dever-se-ia falar de gestão e não de planejamento urbano.

tempo com a intenção de se ajustar a uma realidade das situações que se apresentam, principalmente as de ordem políticas, pois nem sempre os gestores têm as mesmas prioridades ou não encontram sintonizados com a proposta do Programa.

Os proprietários rurais integrantes do plano piloto do Programa pronunciaram-se da forma seguinte: “Acho que foram feitos muitos levantamentos, diagnósticos, estudos, capacitações. Mas para quê?”, “O Programa mostra bons objetivos, porém acredito ser desarticulado politicamente” e “O Programa mostra bons objetivos, porém acredito ser desarticulado politicamente”.

Quanto aos membros, representantes da população morenense, um não soube avaliar o Programa e o outro respondeu o seguinte: “Acho que é bom, mas deveria ter mais coisas, como por exemplo mais cursos.”

A questão seguinte da entrevista, de certa forma, complementa a questão anterior, quando se busca quantificar os resultados, mas não foi possível quantificá-los: O que o Programa já trouxe de benefícios para o Município e para a população local?

Nesta questão, foi possível obter as seguintes respostas dos representantes do poder executivo local, prefeito e secretário, respectivamente:

Primeiro a sensibilização de boa parte da sociedade que Moreno existe e que não é apenas um Município como um outro qualquer, o conhecimento do potencial do Município pela população, participação do Município em diversos eventos e fóruns, o fortalecimento da idéia que o Agroecoturismo é um caminho que vai fortalecer a economia do Município, não só na gestão atual como nas que vêm pela frente, não partindo mais do zero, mas de um patamar que já se construiu alguma coisa.

Eu acho que primeiro foi criar uma discussão e ocupar a cabeça de pessoas que têm o turismo e o Agroecoturismo com fonte. Isso, para mim, foi referencial

porque as pessoas que hoje já empreendem ações dentro do Município, empreendem com essa característica. De alguma forma, o Programa criou uma consciência naqueles que estavam envolvidos e que tinham poder de decisão dentro do Município e naqueles órgãos que participavam do comitê (GT). Os empreendimentos que nascem hoje em Moreno ligados ao turismo, nascem com uma dose exagerada da questão do Agroecoturismo, digo exagerada, porque a gente ainda não tem infra-estrutura para se trabalhar como se trabalha o Agroecoturismo individualmente por empreendimento.

Os representantes das instituições responderam quando questionados acerca da pergunta supra: “Alguns empregos, capacitações, um empreendimento novo no Município, no caso a Reserva Carnijó e valorização do artesanato também”; “Alguns jovens trabalhando como condutores, capacitações até além da demanda de mercado para absorção e querendo ou não os integrantes passaram a respeitar mais a natureza”; “Alguns empregos, um único equipamento turístico novo, capacitações, que eu diria aleatórias e divulgação na mídia” e “Quanto à cultura, não se questionam os resultados positivos. Nesse ponto, a gestão local deu o maior empenho, mas quanto à geração de emprego e de novos negócios não podem ser considerados expressivos” .

A instituição de consultoria, apresentou como resposta:

Quando conseguiu reunir todos os atores envolvidos já é por si um grande benefício, um marco na história do Município, pode-se assim dizer, pois estavam todos diante de uma proposta nova, um sonho, uma idéia e mais ousadamente uma solução. O grau de comprometimento era variado, mas alguns empreendedores já motivados pelo Programa investiram e já obtém os primeiros resultados, destacando-se também, no cenário da mídia nacional

Já os proprietários rurais responderam a mesma pergunta por outro ângulo: “Acho que até agora só divulgação na mídia e capacitação. Também alguns poucos empregos”, “Só que o Município saiu na televisão e no jornal” e “Emprego, valorização cultural, capacitação, novas perspectivas, um novo empreendimento turístico”

Os membros da população responderam que: “Para mim, já trouxe trabalho. Certo que não de carteira assinada, mas, de vez em quando, trabalho como guia” e “Já trouxe alguns empregos, mas eu ainda não consegui nada. Também os artesãos tão vendendo seus produtos em feiras”

Na verdade é possível detectar uma certa frustração em relação aos resultados do Programa, pelos entrevistados, ou uma certa acomodação. Alguns, procuraram até mesmo eximir-se de respostas mais longas, contudo o que ficou mais visível é que o Município tornou-se mais conhecido em virtude da divulgação realizada. Entretanto, questiona-se a viabilidade da divulgação, antes mesmo da finalização de um produto turístico e só foi possível obtermos essas respostas em face da entrevista anteriormente ter abordado o tema desenvolvimento e mudança, alertando-os para as respostas a seguir.

Faz-se mister destacar que essas respostas divergem de dois trabalhos, anteriormente, apresentados pelo autor da dissertação, aqui em estudo, quando, praticamente estes mesmos entrevistados participaram, respondendo sobre os resultados do Programa, mas sem a abordagem de qualquer outro assunto com os mesmos.¹⁰

Nestes dois trabalhos, citados no parágrafo anterior, os entrevistados mencionaram os seguintes resultados:

- Geração de empregos locais diretos, mesmo tendo apenas um equipamento já instalado, e jovens atuando como condutores;

¹⁰ Mota, Robson Nascimento da. O Programa Agroecoturístico do município do Moreno – PE enquanto política pública e os impactos já identificados. In: 7º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Ilhéus, 2003 e A Contribuição do Programa Agroecoturístico do município do Moreno – PE, enquanto Política

- Geração de novas oportunidades de negócio para a comunidade local, pequenos e médios empreendimentos turísticos e de apoio;
- Qualificação da mão-de-obra local para atuação como condutores, elaboradores de roteiros turísticos, garçons, artesãos, recepcionistas de hotéis e de eventos;
- Qualificação da mão-de-obra local com cursos de idiomas, informática e básico para turismo.
- Identificação e cadastramento de 90 (noventa) artesãos locais, quando inicialmente existiam apenas 5 (cinco) catalogados.
- Articulação na formação da Associação Morenense de Artesãos e Artistas Plásticos;
- Credenciamento dos artesãos identificados, junto a órgãos estaduais, visando à requalificação, divulgação, participação em eventos e comercialização dos produtos locais;
- Fomento a novos pequenos empreendedores, principalmente, artesãos e produtores rurais;
- Desenvolvimento de uma consciência ecológica nos atores envolvidos, ou seja: comunidade local, empresários, gestão pública e turistas;

- Utilização dos recursos naturais e culturais de forma sustentável;
- Recuperação de áreas naturais e do patrimônio cultural degradado.

A partir desta comparação procede-se ao seguinte questionamento: Por que a compreensão de um mesmo grupo muda abruptamente quando se faz uma mesma pergunta? Será que o simples fato deles antes de responderem aos mesmos questionamentos, terem tido a oportunidade de analisar sob uma outra ótica, proporcionou essa mudança?

É possível, ainda, realizar outra abordagem: Se os elaboradores do Programa, antes de sua concepção, tivessem discutido realmente o sentido de desenvolvimento, ele teria tido um outro rumo?

Finalmente a análise da última questão da entrevista: Na sua opinião, como deve se suceder a implantação, ou a continuação da implantação, desse Programa? Obtive-se algumas sugestões dos entrevistados para o Programa.

Nesta questão, o poder executivo local, prefeito e secretário, contribuiu com a seguinte resposta:

Eu acho que deveria ter uma participação mais freqüente, sistematizada, um envolvimento maior do governo do estado, porque não foram poucas as vezes que tentamos, através dos órgãos que respondem pelo turismo no estado de Pernambuco, a busca de integração de colocar essa potencialidade, essa alternativa como algo político não apenas o Município, mas do Estado, que tivesse Programas a nível nacional, para que a gente transformasse aquilo que é potencial em realidade. O Município sozinho é impotente para responder totalmente as necessidades, para que a gente tenha um Programa como esse devidamente instalado.

Eu acho que o Programa de Agroecoturismo de Moreno deveria ser um marco de referência, um norte do Município. O poder público deveria eleger o Agroecoturismo como um ponto forte do Município e aí todos os eventos e todas as ações passarem por ele, tendo ele como “carro chefe” e os empreendimentos viriam voltados para o Agroecoturismo, desde um restaurante, uma barraquinha, uma indústria. Ele como “carro chefe” muda a cabeça das pessoas.

Já os representantes das instituições que compõem o GT forneceram os seguintes subsídios: “Deveria voltar as reuniões do GT, só que dessa vez com mais participação e comprometimento, não só da prefeitura, mas de todos que fazem parte do GT”, “Acho que o prefeito deveria retomar o Programa, pois ele parou” , “Retomar as atividades do GT, definir as prioridades e implantá-las” e “Em primeiro lugar, o retorno do GT, com maior participação popular para daí se definir o que se fazer” .

A instituição consultora acredita que “Reunir os atores novamente, avaliar o grau de comprometimento, os resultados e as dificuldades, definir os ajustes e criar novas estratégias” seria a forma mais correta para a continuidade do Programa.

Da mesma forma, os proprietários rurais crêem que a melhor forma de continuidade do Programa seria uma revisão do mesmo, conforme o transcrito: “Uma revisão e redirecionamento”, “Voltar a se encontrar e ver o que não deu certo e o que falta fazer” e “Acho que deveria ser revisto para redefinir novas ações. Na verdade, o Programa parou no tempo por falta de iniciativas.”

Quanto à população local, ao ser entrevistada, um membro não soube responder e o outro demonstra a sensação de abandono do Programa: “Parece que ele parou, deveria retomar”

O que se pode constatar é que há a existência de uma certa insatisfação dos entrevistados sobre o direcionamento do Programa. Isto pelos resultados de caráter, sobretudo imediatista e pragmático, sem sustentabilidade e, portanto, sem resultados concretos para a sociedade local. Apesar disto, foi possível, através das respostas que apontam resultados positivos, constatar que existe credibilidade no Programa.

Conforme inicialmente comentado, as respostas complementares constantes na entrevista não foram transcritas para o trabalho, mas, utilizadas como elementos complementares cujo objetivo busca um melhor entendimento das questões chaves.

4. O PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO E AS SUAS PERSPECTIVAS DE MUDANÇA SOCIAL: A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO?

4.1 CONCEITUAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL

Os conceitos de desenvolvimento e mudança social, com base em trabalhos anteriores, nos faz conceber, inicialmente, o desenvolvimento como um processo que, mediante um modelo de gestão democrática, seja capaz de gerar oportunidades a todos os envolvidos de maneira a promover a inclusão social em todos os setores e que o próprio cidadão seja capaz de escolher os seus caminhos, participando efetivamente do processo. Neste sentido, argumenta-se que:

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 26)

Porém, apenas visando ao crescimento econômico, não se justifica a implantação de determinados Programas turísticos, como já mencionado por Sen, uma vez que as conseqüências identificadas de ações que visam, unicamente, ao crescimento econômico resultam, em ilusões de sensações de melhoria da qualidade de vida, podendo até gerar ações que promovam uma certa qualidade de vida, mas questiona-se a sustentabilidade e a amplitude dessas ações.

Ainda, no processo de construção de uma compreensão sobre desenvolvimento a adotado neste trabalho, considera-se também a necessidade de um modelo capaz de superar os problemas sociais, tornando a sociedade mais justa e legítima (SOUZA, 2002, p. 18).

Noutra pesquisa, Souza (2002, p. 60 a 62) enfatiza que um processo de desenvolvimento deve ser capaz de melhorar a qualidade de vida e produzir um aumento da justiça social e da mudança social positiva que precisa contemplar as relações sociais e o espaço. Entendendo como melhoria da qualidade de vida a satisfação das necessidades básicas, não básicas, materiais e imateriais de uma determinada sociedade. E que para justiça social, pode-se adotar parâmetros em relação ao grau da desigualdade sócio-econômica, de oportunidades e de segregação. Deste modo, adotando como denominação mais representativa para o processo, o desenvolvimento sócio-espacial.

Nesse processo, não se pode deixar de observar a relevância do desenvolvimento da atividade turística na contribuição para essa mudança. Pode-se até lembrar de uma consideração da própria Organização Mundial do Turismo (OMT), nesse sentido:

A Indústria turística caracteriza-se por sua grande complexidade, não só pela grande quantidade de elementos pelos quais é composta, mas , também, pelos diferentes setores econômicos do seu desenvolvimento. Nesse sentido o turismo é considerado geralmente como uma exportação de uma região ou nação até o lugar de destino (país receptor, lugar de recebimento), no qual gera renda, favorece a criação de empregos, entrada de divisas que ajudam a equilibrar a balança de pagamentos, aumenta os impostos públicos e aquece a atividade empresarial. (2001, p. 10)

À luz de determinados modelos de “Desenvolvimento”, vários mitos considerados ilusões, foram criados, segundo Almeida. Esses mesmos modelos, muitas vezes, não são capazes de abranger aspectos socioculturais e ambientais:

De uma ou outra forma, pode-se dizer que a injustiça estrutural desses modelos de desenvolvimento consiste em sua incapacidade para articular e conjugar as três dimensões fundamentais do ser humano: sua individualidade, sua relação social e sua intimidade com a natureza. (1999, p.87)

O presente trabalho também considera outros aspectos que são menosprezados, em muitos casos, quando se procura promover o desenvolvimento, o caso da modificação do espaço procurando deixá-lo mais atraente aos olhos dos visitantes e muitas vezes, provocando a segregação pela falta de possibilidade de uso desses espaços e a descaracterização, não levando em consideração aspectos sociais e culturais:

O conjunto de processos sociais que se dão no espaço, que eu chamo de urbanização, produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados em uma configuração espacial distinta. (HARVEY, 1996, p. 51)

Mesmo, quando essas mudanças no espaço são realizadas com bons propósitos, entendendo-se que se está concebendo melhores condições de vida à comunidade local, é oportuno observar que essas mudanças são feitas em lugares selecionados, segundo vários critérios em que há a segregação de outros, como por exemplo o estudo acerca da turistificação da cidade do Recife:

Com a turistificação de zonas restritas do espaço urbano, estratégia contemporânea dos poderes públicos locais para a criação de uma perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial, a PCR [Prefeitura da Cidade do Recife], tal como já colocamos, selecionou apenas duas áreas urbanas para receberem os investimentos diretos de interesse turístico, justamente aquelas onde [o bairro do Recife e o Polo Pina] se acham em implantação as duas zonas turísticas e de lazer no espaço urbano local. (Castilho, 2001, p. 55)

Ainda no mesmo trabalho, questiona-se em que medida essa turistificação do espaço é capaz de gerar mudanças efetivamente sociais, culturais e econômicas:

Em definitivo, o turismo consegue criar um ambiente de dinamismo e de esperança in loco, reestrutura os mercados do trabalho e da qualificação, mas à proporção que as desigualdades sócio-econômicas e a seletividade socioterritorial persistem como elementos concretos inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano adotado pelas classes hegemônicas, baseado num

turismo concentrado polarizado e de enclave, a organização espacial concretiza-se também de forma concentrada, polarizada e fragmentada. Portanto, jamais teremos a concretização de um efetivo desenvolvimento sócio-espacial no Brasil. (ibidem, p. 57)

Aprofundando a análise sob a ótica do Agroecoturismo, pode-se observar que as mesmas ilusões podem ser concebidas da preocupação apenas com o econômico.

Na tentativa da promoção do desenvolvimento, o projeto Agroecoturístico do Município do Moreno, também considerou a ótica de perspectiva da geração de empregos para comunidade local. As circunstâncias em que, muitas vezes, coloca-se como objetivo principal dos programas e projetos turísticos.

Com respeito à geração de emprego, Harvey nos diz o seguinte:

Os tipos de emprego criados em muitas instâncias atuam igualmente contra toda mudança progressista na distribuição de renda, uma vez que a ênfase em pequenas empresas e na sub-contratação pode ter efeitos secundários que encorajam diretamente o 'setor informal' como base para a sobrevivência urbana. O aumento das atividades produtivas informais em muitas cidades, especialmente nos Estados Unidos (...), consiste num fenômeno destacado das últimas duas décadas e é visto cada vez mais como um mal necessário ou como um setor de crescimento dinâmico capaz de trazer de volta algum grau de atividade manufatureira para centros urbanos decadentes. De maneira análoga, os tipos de atividade de serviços e funções gerenciais que se consolidam nas regiões urbanas tendem a ser empregos de baixa remuneração (frequentemente ocupadas exclusivamente por mulher), ou posições altamente remuneradas do primeiro escalão da hierarquia gerencial. O empresariamento urbano, conseqüentemente, contribui para as crescentes disparidades de riqueza e renda, bem como para o aumento da pobreza urbana, notado mesmo em cidades (como Nova Iorque) que apresentam crescimento acentuado. (1996)

Mas sempre ficará a dúvida, se a participação da comunidade local será apenas por uma inserção, ou se verdadeiramente haverá uma integração e se essa comunidade terá a liberdade para fazer as suas escolhas.

Quanto ao tema da capacitação da comunidade para o trabalho, questiona-se a qualidade e a real participação da sociedade local na atividade, pressupondo-se iniciar de uma suposta “qualificação” de uma política pública cuja “intenção” é promover o desenvolvimento, mas que atende a outros interesses:

Portanto, o seu verdadeiro sentido acaba sendo o de dar mais uma vez uma solução simplista à questão da formação do trabalhador-cidadão, desviando as atenções para o problema da ineficiência do papel do Estado de promotor de um Estado social garantidor por exemplo de uma educação plena e integradora. (CASTILLO, 2002)

Quanto à Mudança Social, muitas vezes, confunde-se com a Mudança Cultural, impossibilitando, algumas vezes, a capacidade de se distinguir uma da outra (Vila Nova, 2000, p.182), entretanto o autor supra considera a primeira como “...as transformações na composição etária de uma sociedade, por exemplo, ou , ainda, nas relações de classe, no estilo predominante de vida – rural ou urbano -, na proporção de habitantes do campo em relação aos da cidade etc”, e tendo como fatores mais importantes a descoberta, a invenção e a difusão pelo contato sócio-cultural.

Boudon & Bourricaud (2000, p. 380) eximem-se da responsabilidade de se atribuir uma compreensão estática e única à Mudança Social, referindo-se ao tema inicialmente através de trabalhos de outros pesquisadores, enfatizando os pontos cruciais para uma melhor compreensão. Como por exemplo: “Para Marx, que nisso segue Hegel, e para os marxistas, a mudança é o resultado de “contradições” – tendo a noção de contradição sentidos múltiplos e freqüentemente imprecisos na tradição marxista (cf. verbete Dialética).”

E, ainda abordando no mesmo trabalho, Nisbet, que atribui mudança como resultado de causas externas; Comte e os Sansimonistas, sustentam a idéia de que as sociedades se dirigem para um estado ideal melhor. Em geral, os autores procuram, tomando como ponto de partida as generalizações, as teorias sociológicas sobre Mudança Social, os aspectos ligados ao desenvolvimento tecnológico, as “mutações” dos sistemas de valores, podendo, de certa forma, tendo como ponto inicial, para se poder assimilar com evolução, desenvolvimento ou modernização.

Da mesma forma, Lakatos (1999) analisa o conceito de mudança social sob a percepção de vários outros autores, citando, entre eles, Rocher:

Toda transformação observável no tempo que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso de sua história. É a mudança de estrutura resultante da ação histórica de certos fatores ou de certos grupos no seio de dada coletividade. (1971: IV 92 e 95)

Porém, no mesmo trabalho, as autoras referem-se a certos fatores determinantes da mudança social, como: fatores geográficos (cataclismos naturais), biológicos (epidemias, elevação da taxa de mortalidade, rápido crescimento da população e a miscigenação de grupos étnicos), sociais (guerras, invasões, revoluções, luta de classes) e culturais (descobertas científicas, invenções técnicas e desenvolvimento de aspectos intelectuais).

Oliveira (1999, p. 129), adotando o mesmo pensamento, conceitua mudança social como: “qualquer alteração nas formas de vida de uma sociedade. Nenhuma sociedade é perfeitamente igual a si mesma em dois momentos sucessivos de sua história”. E, ainda, neste mesmo trabalho traz o exemplo das mudanças sociais, econômicas e trabalhistas, a partir da abolição da escravatura no Brasil, fazendo referências as causas dessas mudanças

sociais, as quais podem ocorrer tanto por forças endógenas (internas) quanto por forças exógenas (externas).

Finalmente, ainda nesta discussão, faz-se necessário citar Souza, quando se estabelece a ligação entre a mudança social e o desenvolvimento:

desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva. O conteúdo dessa mudança, todavia, é tido como não devendo ser definido a priori, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas. Desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal. (2002, p. 60)

O desenvolvimento vai muito além da etapa do crescimento econômico, mas, sobretudo, promovendo a melhoria da qualidade de vida nos âmbitos do social, político, cultural, ecológico e econômico como totalidades complexas, permitindo, a todos os atores envolvidos, o direito também à liberdade de escolha e oportunidade. Por isso, o Programa Agroecoturístico do Município do Moreno, enquanto uma ação que, na sua concepção, possa indicar a intenção na promoção efetiva do modelo de desenvolvimento almejado.

Ao analisar os objetivos do Programa em epígrafe, constatou-se que existe a preocupação de se tentar identificar as ações que sejam capazes de realizar a mudança social. Na prática, porém, pôde-se observar que as ações desenvolvidas, efetivamente, promovem o crescimento econômico, esquecendo, principalmente das questões sociais, culturais e ambientais.

Uma proposta de desenvolvimento não pode se fundamentar apenas na manipulação do espaço real, criando fábulas, mas, sobretudo, na promoção de capacidades

individuais e coletivas de reais condições de mudança social: satisfação das necessidades básicas de uma sociedade, liberdade de escolha, oportunidades iguais a todos os indivíduos, a partir de uma participação efetiva da comunidade.

Desta maneira, considera-se, neste trabalho dissertativo, originando-se nas abordagens realizadas anteriormente, que desenvolvimento é o conjunto de processos que seja capaz de:

- Garantir a satisfação das necessidades, simultaneamente, básicas e globais da comunidade;
- Garantir o uso democrático dos recursos disponíveis;
- Permitir a participação efetiva dos grupos sociais nas decisões a que lhes concernem;
- Respeitar os valores culturais, históricos, geográficos e ambientais;
- Respeitar democraticamente os desejos e as expectativas dos grupos sociais;
- Garantir a liberdade de escolha de cada ator social, estimulando e viabilizando a sua criatividade;
- Eliminar as tendências à segregação sócio-territorial, promovendo a justiça social;

- Levar não somente a uma melhoria da qualidade de vida nos âmbitos sócio-político-econômico-cultural e ambiental, mas à mudança social efetiva;
- Gerar melhores perspectivas de vida no presente e no futuro;
- E, então, ser capaz de promover a mudança social que seja capaz de dar novos rumos ao processo de produção do espaço geográfico no Brasil e no mundo.

4.2 O AGROECOTURISMO E O DESENVOLVIMENTO EM MORENO

Depois de coletados os dados e feita a análise dos mesmos, nas entrevistas realizadas com os atores envolvidos no Programa, foi possível estabelecer uma comparação entre as ações do Programa, se o mesmo consegue atingir os objetivos almejados e se esses são realmente capazes de gerar mudanças sociais em função do desenvolvimento.

Em decorrência da impossibilidade, por parte de alguns entrevistados, de se identificarem, são mantidos em sigilo os nomes dos mesmos, com exceção dos representantes do poder executivo local, o Prefeito Edvaldo Rufino e o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Admilson da Hora.

Outro problema, que se verificou na realização das entrevistas, foi também a impossibilidade de se entrevistarem todos os participantes do Programa. Quanto às instituições participantes do GT do Agroecoturismo em Moreno, observou-se, em algumas,

que os técnicos, presentes no GT, já não mais faziam parte do seu quadro de recursos humanos e, em outras, eles não demonstraram interesse em participar da entrevista.

As entrevistas foram realizadas sob a abordagem de três dimensões: Compreensão no que concerne ao Agroecoturismo, ao Desenvolvimento e Mudança Social e à análise do Programa Agroecoturístico do Moreno. Todas elas respondidas sob a ótica dos atores envolvidos no Programa: O poder executivo local, integrantes do GT do Agroecoturismo em Moreno, proprietários rurais, órgão consultor e a população.

Os entrevistados foram escolhidos tendo em vista o seu envolvimento e comprometimento com o Programa, seja gestor, seja consultor, seja empreendedor ou seja sociedade local.

Visando a uma melhor demonstração dos resultados do item Análise do Programa Agroecoturístico do Moreno, constante na entrevista, inserido no capítulo anterior juntamente com o item Execução do Programa Agroecoturístico, que foi constituído a partir da análise da pesquisa documental. A continuidade da análise dos dados obtidos nas entrevistas será demonstrada a seguir.

4.2.1 COMPREENSÃO QUANTO AO AGROECOTURISMO

Embora existam visões opostas quanto à compreensão de Agroecoturismo entre os entrevistados e o conceito adotado neste trabalho, observa-se que a divergência encontra-se numa questão conceitual acadêmica, uma vez que se observa nos conceitos dos

entrevistados ser comumente encontrados a vida do homem do campo e o potencial natural enquanto atrativos.

Através da visão do poder executivo local, prefeito e secretário, verifica-se as seguintes compreensões quanto ao Agroecoturismo:

Ele vincula e trabalha o turismo dentro de uma área rural, que sai dos grandes centros urbanos e que busca nas atividades normais rurais transformar numa fonte de participação daqueles que se interessam, mas que tem a ver com o que a natureza pode oferecer, o meio ambiente, as atividades produtivas, como algo que se transforma num atrativo para as pessoas, que na maioria das vezes, não vivenciam aquilo. É o conjunto de todas essas atividades. Integrando o que a natureza tem a oferecer com aquilo que a produção agrícola pode também agregar valores.

Eu vejo por dois enfoques: um que é fora da região urbana, mas o que eu entendo por Agroecoturismo mesmo e aquele turismo em que você inclui a natureza, a agricultura e a população que vive naquela região, mas na região fora da região urbana, mesmo no litoral ou na região interna de um determinado país ou de um determinado estado e aí utiliza aquela potencialidade de forma preservada.

Questionados sobre o que compreendem sobre Agroecoturismo, alguns membros do GT consideram como o “Turismo que utiliza as propriedades rurais e as atividades ligadas ao ecoturismo”, “Acredito que seja a exploração de uma área rural, além de um processo de consciência ecológica”, “É o turismo desenvolvido a partir da exploração dos recursos naturais e da vida do homem rural, principalmente a atividade produtiva” e “Podemos considerar Agroecoturismo como a produção turística realizada nos espaço rural e natural onde a vida do homem do campo e o potencial natural formam os principais elementos da composição desse produto turístico”.

Um entrevistado, representante de um órgão consultor do Programa, considera o Agroecoturismo da seguinte forma:

Várias nomes foram dados para o turismo rural há alguns anos atrás, porém a atividade é mais diversificada do que parece, e o termo atual para Agroecoturismo está muito voltado para o agronegócio, mas associando eco e o turismo, temos um novo cenário de atividade nos moldes do esperado desenvolvimento sustentável.

Três proprietários rurais, integrantes do Programa, consideram como Agroecoturismo “Um tipo de turismo que é desenvolvimento, utilizando-se do patrimônio natural aliado à vida no campo”, “É o turismo que usa as fazendas e engenhos para trazer pessoas” e “Turismo desenvolvido a partir do uso de recursos naturais e da vida do homem do campo”.

Dois membros da sociedade, que participaram do Programa por meio das capacitações, um já trabalhando em um equipamento Agroecoturístico do Moreno, entendem como Agroecoturismo “o turismo rural e ecológico juntos” e o turismo que “usa as fazendas e os engenhos de um lugar para trazer mais turistas”.

Salvaguardando que os entrevistados possuem, apenas, um conceito empírico e não acadêmico, é possível reafirmar que as respostas possuem, em sua essência, algumas características básicas do Agroecoturismo como foi analisado no início deste trabalho: a vida do homem do campo, mais especificamente a produção agropecuária e os recursos naturais, enfatizando as reservas e os recursos hídricos.

4.2.2 DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL EM MORENO

Para podermos analisar a compreensão dos entrevistados, quanto ao desenvolvimento e à mudança social, durante as entrevistas foram abordadas questões conceituais e de como o Agroecoturismo poderia contribuir.

Na entrevista, outras perguntas foram feitas no intuito de fornecer subsídios para que fosse possível compreender o que os entrevistados entendem sobre o tema proposto¹¹.

Conceitualmente, os representantes do poder executivo local, entrevistados, prefeito e secretário, consideram como desenvolvimento o seguinte:

É preparar a sua localidade, o seu Município para que ele, nas diversas dimensões seja ambiental, cultural e produtivo, possam ser trabalhados de forma integrada onde a população tenha conhecimento e envolvimento para que se possa criar uma espécie de uma localidade em que essas ações aconteçam e o Município possa se desenvolver, levando em consideração as interferências a nível de outros Municípios da região, as políticas do governo federal para que não se esteja trilhando num caminho contrário àquilo que está sendo colocado, mas com uma visão da localidade as características próprias, as particularidades e naturalmente planejar e executar ações que possam desenvolver uma determinada cidade e a sua população.

Para mim, isso é um termo novo criado a partir desses trabalhos que são feitos com ONGs, eu não consigo separar Desenvolvimento Local (DL) do desenvolvimento de um país, ou especificamente como aqui no Brasil se separa muito, de um estado. No DL você utiliza as potencialidades locais para fazer com que esse local cresça, que seja auto sustentável a partir das suas potencialidades. Mas eu não vejo como ele se inserir num desenvolvimento, se as regiões que estão no entorno dele ou outras regiões com as quais ele fornece esses produtos ou serviços não se desenvolverem. Ele pode se desenvolver, depois ele pára porque as regiões que dependem dele não se desenvolvem. Então, esse fluxo de capital fica interrompido. Eu vejo mais como desenvolvimento de um país em função da sua legislação, das suas condições naturais. Mas determinados pontos que aí se chama desenvolvimento local tem condições de se desenvolver mais rápido do que outras regiões. Aí o conjunto vai fazer com que o país se desenvolva no todo.

Ainda, em relação à questão conceitual, os entrevistados, representantes do GT, consideram como desenvolvimento: “Promover melhoria na qualidade de vida de uma população, gerando, principalmente, emprego”, “Exploração do potencial da região para o desenvolvimento da mesma”, “Seria um conjunto de processos que têm por finalidade promover o bem estar e melhoria da qualidade de vida da comunidade como um todo” e

¹¹ Foram feitas outras perguntas como: Na sua opinião quais são os atores envolvidos num processo de desenvolvimento? Você acredita que o agroecoturismo pode promover o desenvolvimento local? Na sua opinião quais são os atores envolvidos num processo de desenvolvimento? Como esses atores desempenham o seu papel? e O que pode promover a mudança social?

“Promover melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas no processo. Entendendo-se melhoria da qualidade de vida como acesso a: emprego, educação, saúde, renda, segurança e futuro”.

Os representantes dos proprietários rurais entendem como: “O desenvolvimento que procura alavancar a economia, mas também trazer melhoria na qualidade de vida da população local”, “Melhorar a vida do povo de um lugar, trazendo mais emprego, saúde, segurança e educação” e “Geração de empregos, aumento do nível cultural, desenvolvimento na área de saúde e educação”. Isto nos remete à questão da formação da cidadania. A este respeito, diz Yázigi:

Além da absoluta ignorância de princípios universais, como unidade-ênfase; harmonia, ritmo, equilíbrio etc., sobremodo manifesto em superfícies urbanizadas, a questão se agrava com outros procedimentos desconsiderados pela gestão pública. Miséria, ganância, ignorância e desrespeito pelo outro completam o circuito da adversidade turística. Quatro fenômenos que têm de ser equacionados pelo poder público, porque são equacionáveis por um projeto social. O que não daria para se equacionar seria o desejo de um Natal com neve em Copacabana. Não é em termos de produção de espetacularizações (elas, inclusive, quase sempre confinadas!), mas por conta do cotidiano urbanamente mal vivido, que o mal se coloca. (1999, p. 63 e 64)

Assim, de pouco adianta que o município entre na frente turística se, simultaneamente, não estiver combatendo seus adversários, a pobreza, a degradação do território, as tecnologias erradas ou o mau uso da memória. Construir casas de operários com dignidade, produzir bens segundo padrões aceitáveis, discutir e aprimorar a relação dos diferentes grupos sociais em sua relação espacial, apoiar as tradições que garantem suas vidas, controlar a avidez dos especuladores e loteadores e dezenas de outras coisas aparentemente sem relação com o turismo são as formas mais legítimas de abraçá-lo com muito sucesso. (ibidem, p. 155)

O entrevistado, representante do órgão consultor, considera como desenvolvimento:

“Tudo ou aquilo que garanta bem estar ao homem e conserve o meio ambiente ao seu

redor, por isso sugiro o termo Desenvolvimento Local Sustentável. Se não for assim, não desenvolve e os padrões atuais já convencem disso”.

Já os dois representantes da comunidade entendem como desenvolvimento o processo que seja capaz de: “Gerar emprego, educação” e “Trazer mais emprego para o povo”.

É possível observar que os resultados das entrevistas, no que se refere à compreensão de desenvolvimento, reafirmam o quanto são limitadas estas compreensões, uma vez que, salvo exceções, limitam-se apenas à geração de emprego e renda; em alguns casos, são mencionadas a educação, a saúde e a qualidade de vida., entretanto tópicos importantes foram esquecidos ou simplesmente não se levou em consideração, como: Garantir a satisfação das necessidades básicas, permitir a participação efetiva dos grupos sociais nas decisões, respeitar os valores culturais, históricos, geográficos e ambientais, respeitar os desejos e expectativas dos grupos sociais, garantir a liberdade de escolha e promover a justiça social.

Desta forma, é possível considerar que o Programa parte de uma base conceitual sem muita solidez que o levaria à criação de fábulas e não de processos de mudanças, já anteriormente mencionado.

Partindo para uma análise conceitual sobre mudança social, verifica-se que os entrevistados do poder executivo local, prefeito e secretário, consideram sob os seguintes enfoques:

Bem, eu acho que mudança social tem uma estreita ligação com a melhoria na qualidade de vida, não achando que venha ter uma mudança de classes sociais,

mas, através de várias ações, fazer com que a população possa almejar condições melhores de vida.

É a pessoa alcançar um nível de desenvolvimento e qualidade de vida, não mudar de uma classe social para outra, mas melhorar sua qualidade de vida, mesmo que continue no *status* que tinha.

Segundo os representantes de instituições participantes do GT, mudança social pode ser considerada, como: “Mudar a vida das pessoas para melhor”, “Formas de desenvolvimento aplicadas com a finalidade de progresso”, “É a capacidade de possibilitar que as pessoas consigam melhoria na qualidade de vida” e “Melhoria da qualidade vida”.

Um outro entrevistado, de organização consultora, elege mudança social, como: “Não é muito do meu conhecimento, pois sei que tudo que envolve o comportamento humano é difícil e passa por várias questões, mas, para mim, seria uma tentativa de se melhorar ou atenuar um quadro não favorável”.

Os representantes dos proprietários rurais, participantes do Programa, consideraram mudança social, como: “Promover a capacidade de melhorias sociais”, “Mudança social? Acho que é uma melhoria na vida das pessoas. Mais emprego, educação, essas coisas”, “Mudar de posição social”

Os dois representantes da população não souberam responder à pergunta sobre a compreensão de mudança social.

O que é possível observar, nessa questão, é a “pobreza” de subsídios teóricos e até mesmo de idéias sobre mudança social, chegando até mesmo a ser considerada como mudança de uma posição social para outra.

Analisando, em conjunto, as respostas, é permitido concluir que o Programa Agroecoturístico de Moreno não seria capaz de promover o desenvolvimento e a mudança social, uma vez que o mesmo demonstra não estar centrado em conceitos sólidos e sustentáveis, nem mesmo ideologicamente.

Por outro lado, se nem mesmo a população tem idéia do que seja efetivamente um processo de mudança social, silenciando-se muitas vezes diante das ações dos poderes instituídos que chegam até eles, como então formar na concretização do desenvolvimento e da mudança social?

Por isso os programas de turismo enfatizando o seu papel na promoção do desenvolvimento, na sua complexidade, muitas vezes, não passam de uma fábula, ou seja, de uma imagem criada para atenuar as tensões sociais:

Uma perspectiva crítica deveria enfocar também algumas das perigosas conseqüências macroeconômicas, muitas das quais parecem inevitáveis, dada a coerção exercida pela competição interurbana. Esta última inclui impactos regressivos na distribuição de renda, volatilidade no interior da rede urbana e a qualidade efêmera dos benefícios trazidos por muitos projetos. A concentração no espetáculo e na imagem mais do que no conteúdo dos problemas econômicos e sociais pode também se revelar deletéria a longo prazo, apesar de que benefícios políticos podem ser obtidos até fácil demais (HARVEY, 1996, p. 62)

5. CONCLUSÕES

É incontestável o potencial natural e cultural do Município do Moreno para o Agroecoturismo, entretanto a utilização desse potencial, como elemento da construção de um produto turístico que realmente possa ser utilizado enquanto ferramenta para se promover um modelo de desenvolvimento e, por sua vez, a mudança social efetiva é questionável, em função da análise dos documentos referentes ao Programa e das entrevistas realizadas.

Dando continuidade à conclusão sobre a capacidade do Programa Agroecoturístico em Moreno objetivando o desenvolvimento e as possibilidades concretas de mudança social, utilizou-se dos elementos que compõem o entendimento deste trabalho sobre desenvolvimento e mudança social: garantir a satisfação das necessidades básicas da comunidade; garantir o uso dos recursos disponíveis; permitir a participação efetiva dos grupos sociais nas decisões; respeitar os valores culturais, históricos, geográficos e ambientais; respeitar os desejos e as expectativas dos grupos sociais; garantir a liberdade de escolha; promover a justiça social; proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, nos âmbitos sócio-econômico-político-cultural e ambiental; gerar melhores perspectivas de vida; e, então, ser capaz de promover a mudança social efetiva.

Quanto à garantia da satisfação das necessidades básicas da comunidade (saúde, educação, saneamento, segurança, alimentação), não foi possível observá-la na documentação pesquisada, mas apenas em algumas passagens das entrevistas, porém sem muito conteúdo substancial e nem mesmo verificado nos resultados do Programa conforme a mesma entrevista.

No tocante à garantia dos recursos disponíveis, também não foi verificada nenhuma ação que garanta, apenas a intenção de criação de uma legislação específica que regulamentaria o uso dos recursos.

Quanto a participação efetiva dos grupos sociais nas decisões, que deveria existir desde o início do Programa, também não procede, uma vez que ficou claro que o Programa surgiu da idéia do poder executivo local em parceria com a APECO para, então, desenvolver as ações.

Até mesmo a participação de instituições estaduais e federais que contribuíram com o Programa ocorreu três anos após o início do mesmo e mais à frente, a participação de proprietários rurais. Entretanto, a sociedade, que deveria ter sido consultada desde o início, só tem participado do Programa por meio de realização de cursos e na geração de mão-de-obra; o que ainda se faz de modo tímido e assistencial.

No item respeitar os valores culturais, históricos, geográficos e ambientais, o Programa demonstrou algumas ações no que se refere à valorização do artesanato apenas, entretanto outras manifestações culturais como: folclore, gastronomia, religiosidade, não foram contempladas no Programa. A arquitetura dos engenhos, como valor cultural e histórico, teve sua grande importância, mas na composição dos engenhos, enquanto equipamentos Agroecoturísticos. Os valores ambientais foram valorizados, à medida que são imprescindíveis à composição do produto Agroecoturístico, porém nenhuma ação concreta do Programa abordou o tema com esta finalidade. O que se pode observar foi a preocupação e não a ação.

Em nenhum momento da realização deste trabalho, foi possível observar o respeito aos desejos e às expectativas dos grupos sociais e à garantia da liberdade de escolha. O que é possível concluir é que a turistificação do espaço em Moreno vem, essencialmente, para a satisfação das necessidades de uma elite e não da sociedade como um todo, não intencionalmente, mas segundo uma cultura do “novo empresariamento urbano” (HARVEY, 1996, p.55), quando os objetos econômicos se sobrepõem aos sociais, culturais e ecológicos.

Quando se analisa a perspectiva do Programa em promover a justiça social, verifica-se que o Programa, mesmo numa compreensão mais simplória sobre justiça social, não possui elementos igualitários a toda a sociedade pois todos deveriam ter as mesmas possibilidades de acesso a todas as oportunidades e serviços, independentemente de etnia (SOUZA, 2002, p.62) ou de qualquer outra forma de critérios de diferenciação.

A tal sonhada melhoria na qualidade de vida, no âmbito sócio-econômico-político-cultural e ambiental não foi detectada nos poucos resultados do Programa, mesmo quando os entrevistados responderam em outros trabalhos do autor desta dissertação (MOTA, 2003). Porém quando se comparou a primeira entrevista com a que foi realizada para esta dissertação, verifica-se que existe a hipótese de que os resultados diferentes ocorressem em virtude de que na primeira entrevista os entrevistados não foram levados a refletirem sobre o que realmente concebe-se como desenvolvimento.

Desta forma, no presente trabalho, as melhorias na qualidade de vida, foram constatadas numa feição superficial, quando se trata da comunidade como um todo, pois não se percebe a satisfação das necessidades básicas e não-básicas, materiais e não-

materiais desta comunidade (SOUZA, 2002, p. 62), porém demonstra uma possibilidade maior de melhoria, quando relacionada com uma elite político-econômica local.

Quando se trata da possibilidade de gerar melhores perspectivas de vida, os entrevistados, representantes da população local vêem essa possibilidade como a simples oportunidade de emprego. Porém, segundo a pesquisa documental e de depoimentos de outros entrevistados, constata-se que o Programa possui a intenção de criar tal possibilidade, não apenas de gerar emprego; mas, de fato, a intenção se perde, quando se confirma que as únicas possibilidades concretas para a população, que não faz parte de uma elite privilegiada, resumem-se numa capacitação questionável e na possibilidade de contribuir apenas na geração de mão-de-obra.

Quando Souza (2002) discute que a mudança social positiva precisa contemplar as relações sociais e o espaço, que contribuem e dão uma terminalidade a uma compreensão de desenvolvimento, mas também se complementa com as relações econômicas, políticas e culturais, concluímos que o Programa Agroecoturístico possui, em seus objetivos a intenção de promover o desenvolvimento, mas que, na prática, em virtude dos vários fatores: políticos, financeiros, ideológicos e até mesmo técnicos analisados não demonstra, a princípio, esta capacidade.

Porém, concorda com a maioria dos entrevistados, quando se pergunta o que ainda precisa ser feito e quais suas sugestões para o Programa. Quando praticamente as respostas foram unânimes em que o Programa fosse revisto, visando redirecioná-lo. E aqui, se tenta contribuir para que essa revisão seja feita, sob à luz de uma compreensão mais ampla acerca de desenvolvimento, para que os objetivos do Programa não se restrinjam, apenas,

ao âmbito econômico de uma elite em detrimento dos demais âmbitos e da sociedade como um todo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba: Fealq, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira (coordenador). Atlas escolar de Pernambuco. João Pessoa: Grafset, 2003.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de Araújo. ABC do turismo rural. Editora Aprenda Fácil: Viçosa, 2000.

BARTH, Carla; LAC, Flavia; SCHMITZ, Janine; VALDUGA, Manoela; PINENT, Maximilianus; BRENNER, Simone. Turismo agroecológico no Lami. In: Anais do III Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável – CITURDES. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BONALD NETO, Olímpio. Elementos do plano e do projeto em turismo. Recife-PE: Fasa, 1999.

BORGES, Geraldo de Carvalho. Turismo equestre. Brasília: SEBRAE-DF, 1999.

BOUDON, Raymond. BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 2000.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turistificação de espaços da cidade do Recife. Revista Espaço e Geografia. Brasília: UNB, ano 3, n. 1, 1999.

_____. Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise no espaço geográfico. Revista de Geografia. Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 15, n. ½, jan./dez., 1999.

_____. Comércio e turismo: o seu rebatimento no processo de produção do espaço em Recife. Revista de Geografia. Recife: UFPE-DCG/NAPA, v.17, n. 2, jul./dez., 2001.

_____. Espaço turístico e representações sociais: permanência ou mudança da realidade existente? . Caderno do Ceas. Salvador: xxxxxxxx, n. 191, jan./fev, 2001.

_____. Turismo, trabalho e desenvolvimento socioespacial em Recife/Brasil: o programa comunidade solidária e o centro público de promoção do trabalho e renda como proposta de integração. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. CI, n. 119 (130), 2002.

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

FIDEM. PPSH – Plano de preservação dos sítios históricos. Recife, 1978.

GOIDANICK, Karin Leyser; MOLETTA, Vania Florentino Moletta. Turismo ecológico. Porto Alegre: SEBRAE RS, 1998.

GOMES, Geraldo. Arquitetura e engenhos. Fundação Gilberto Freire. Recife-PE, 1997.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalista tardio. Espaço e debates – revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: UNB, ano XVI, n. 39, 1996.

_____. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

IBGE. Moreno – Pesquisa de informações básicas, capturadas em www.ibge.gov.br em 20 de novembro de 2003.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural. Brasília, 2004.

MOLETTA, Vânia Florentino, GOIDANICH, Karin Leyser. Turismo rural. Porto Alegre: Sebrae-RS, 2000.

MOLINA E., Sérgio, RODRIGUES A, Sérgio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOTA, Robson Nascimento da. Potencialidades e perspectivas de implantação do agroecoturismo no município do Moreno – PE. In: CBTUR 2002. Foz de Iguaçu-PR, 2002.

_____. O programa agroecoturístico do município de Moreno – PE e a sua responsabilidade social. In: 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba-SP, 2003.

_____. O programa agroecoturístico do município do Moreno – PE enquanto política pública e os impactos já identificados. In: 7º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Ilhéus, 2003.

_____. A contribuição do programa agroecoturístico do município do Moreno – PE, enquanto política pública, para a melhoria da qualidade de vida local. In: IV congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 1999.

OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PMM/APECO. Diagnóstico de potencialidades agro-ecoturísticas do município do Moreno. Moreno, 1998/9.

PMM/APECO. Plano de ação para implantação do agro-ecoturismo no município do Moreno. Moreno, 2000.

PMM/GT DO AGROECOTURISMO. Plano de implementação do agroecoturismo em Moreno – proposição de ações estratégicas. Recife, 2000.

PMM/SEDETUR. Plano de ação 2001/2004. Moreno 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Agroturismo e desenvolvimento regional. Hucitec. São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (organizadora). Turismo e desenvolvimento local. Editora Hucitec. São Paulo, 2002.

_____. (organizadora). Turismo rural. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org) Turismo Rural. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEABRA, Giovanni. Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas. Papirus Editora. Campinas, 2001.

SECTMA/ CPRH/DFID. Projeto Pirapama: plano de desenvolvimento para a bacia do Pirapama. Recife, 1998.

SEDETUR. Relatório das ações desenvolvidas, em desenvolvimento e a serem desenvolvidas. Moreno, 2003.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento Local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (organizadora). Turismo e desenvolvimento local. Editora Hucitec. São Paulo, 2002.

TERRITÓRIO de Oportunidades na região metropolitana do Recife. Fidem. Recife-PE, 1998.

TRIVIÑOS, Augustos N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

TULIK, Olga. Turismo rural. São Paulo: Aleph, 2003.

VILA NOVA, Sebastião. Introdução à sociologia. São Paulo: Atlas, 2000.
YÁZIGI, Eduardo. Turismo: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

ZIMMERMAN, Adonis. Turismo rural: um modelo brasileiro. Ed. do Autor: Florianópolis, 1996.

7. APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Ocupação:

Endereço:

Fone:

E-mail:

SOBRE O AGROECOTURISMO

01. Você sabe o que é o Agroecoturismo?

02. O quê o Agroecoturismo pode trazer de positivo para o Município e sua população?

SOBRE DESENVOLVIMENTO

03. O quê você entende por Desenvolvimento?

04. Você acredita que o Agroecoturismo pode promover o Desenvolvimento?

05. Na sua opinião, quais são os atores envolvidos num processo de Desenvolvimento?

06. Como esses atores desempenham o seu papel?

SOBRE O PROGRAMA AGROECOTURISTICO DO MORENO

07. O quê você conhece sobre o Programa Agroecoturístico do Moreno?

08. Mais especificamente no Programa Agroecoturístico do Moreno quais seriam seus atores envolvido?

09. Esse Programa pode ser considerado um referencial para o Desenvolvimento?

10. Você acredita no Programa?

11. Qual a sua participação nesse Programa?

12. Como você avalia o Programa desde a sua implantação em 1998?

13. O quê o Programa já trouxe de benefícios para o Município e para a população local?

14. Na sua opinião, como deveria proceder a implantação, ou continuação da implantação, desse Programa?

15. O quê ainda precisa ser feito?

16. Quais suas sugestões para o Programa?

8. ANEXOS

8.1 ANEXO 1 – PARTE DO PLANO DE AÇÃO 2001/2004. PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO – SEDETUR



PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
SEDETUR

PLANO DE AÇÃO
2001/2004

Este plano apresenta os programas com seus respectivos projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, planejados pelas suas diretorias e assessoria para a Gestão Municipal 2001/2004

Secretário

Ubirajara Paz

Diretora de Turismo

Nancy Nery

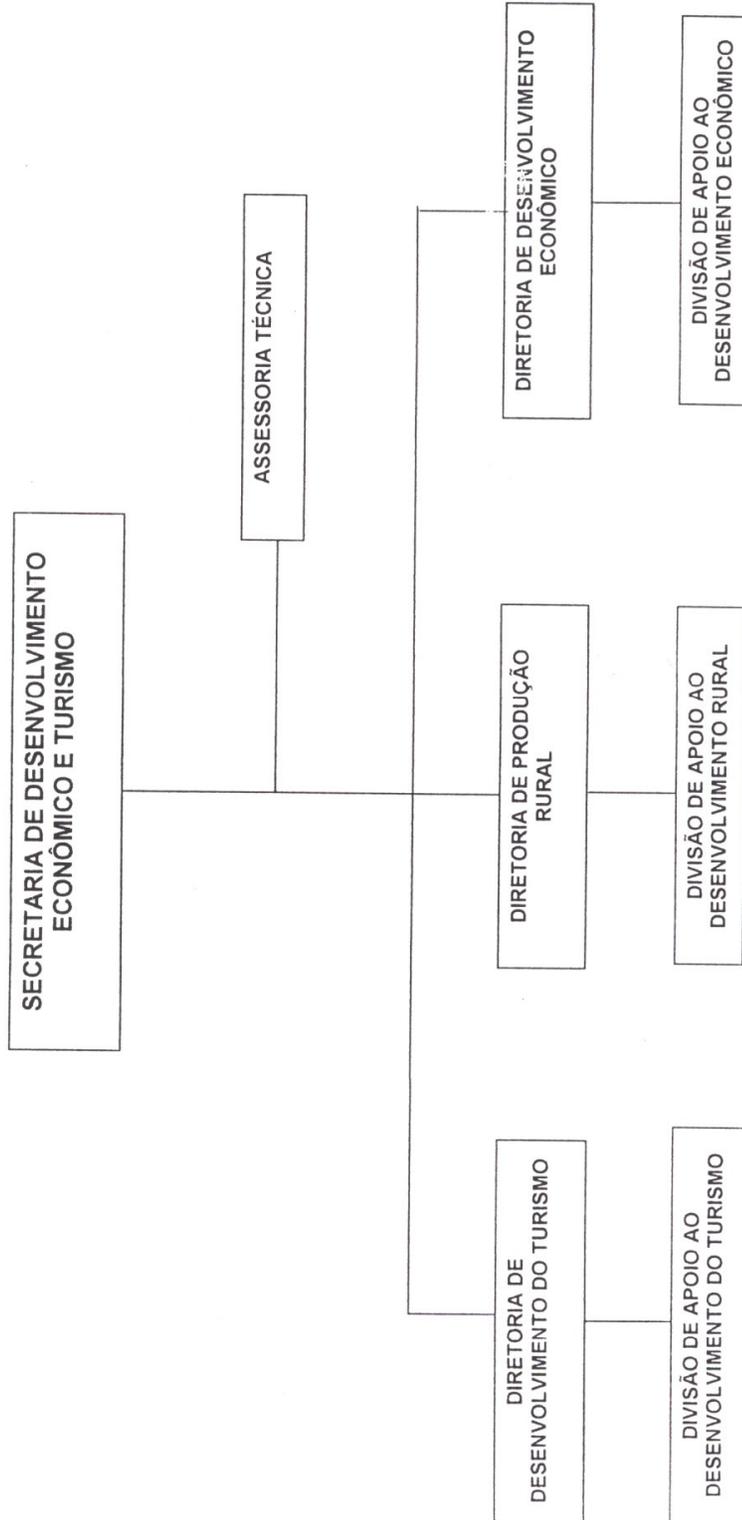
Diretor de Desenvolvimento Econômico

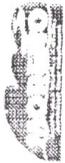
Sivaldo Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

ORGANOGRAMA GERAL





PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MORENO

PROGRAMA AGRO-ECOTURÍSTICO

ROTEIROS AGRO-ECOTURÍSTICOS

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

DIAG. VIAB. TURISMO AVENTURA E ESPORTIVO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

REESTRUTURAÇÃO DO PNMT

REESTRUTURAÇÃO ROTA DO FORRÓ

INTEGRAÇÃO PROGRAMAS TURÍSTICOS REGIONAIS

DIAG. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

PLANO DE MARKETING

ESTATÍSTICAS
TURÍSTICAS

LOGOMARCA
DO TURISMO

DIVULGAÇÃO
E FOMENTO

CAPTAÇÃO
EMPREENDEDORES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
DIRETORIA DE TURISMO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DO MORENO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Objetivo: Fazer do Turismo uma alternativa econômica viável, que proporcione melhoria na qualidade de vida local

PROJETOS	OBJETIVO	ÁREA	TEMPO	CUSTO	PARCEIROS		COORD.	OBS.
					INTER.	EXTER.		
01. Melhoria da Infra-estrutura turística	Viabilizar condições para exploração da atividade turística	Turismo	Permanente		SEPLAMA/ DPU, DDE e demais Secretárias	INCRA, DER-PE DNER, PMPE	DT	
02. Capacitação de Mão de Obra específica	Capacitar Recursos Humanos Locais à atividade Turística	Turismo	Permanente		DPU, DDE e SETAS,	A identificar	DT	
03. Integração das Atividades Culturais à Atividade Turística	Utilização das manifestações culturais locais na atividade turística	Turismo	6 meses		Sec.de Cultura	FUNDARPE Fundação Joaquim Nabuco, EMPETUR	DT	
04. Reestruturação da Participação do Município no PNMT	Fortalecimento da participação do Município no PNMT	Turismo	6 meses		X	Membros do GT e da Rota	DT	
05. Reestruturação da Rota do Forró	Redirecionamento e fortalecimento. da Rota do Forró, e sua integração ao Agroecoturismo	Turismo	10 meses		Gabinete e Sec. de Cultura	GT - Rota	DT	
06. Integração dos Programas turísticos da Região	Estabelecer parcerias entre os municípios da região para o desenvolvimento da atividade turística integrada	Turismo	6 meses		X	EMPETUR e Municípios vizinhos	DT	
07. Diagnóstico do Patrimônio Histórico-cultural	Lev. da situação atual do patrimônio do Município	Turismo e Cultura	6 meses		SEPLAMA/ DPU	IPHAN	DT	
08. Elaboração do Plano do Marketing	Divulgar, fomentar e promover o Turismo	Turismo	6 meses		ASSCOM	X	DT	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DO MORENO
DIRETORIA DE TURISMO
PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO

O TURISMO NO ESPAÇO RURAL E NATURAL, ENQUANTO POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL

Objetivo: Viabilizar a produção turística no Espaço Rural e Natural do Município.

PROJETOS	OBJETIVO	ÁREA	TEMPO	CUSTO	PARCEIROS		COOD	OBS.
					INTER.	EXTER.		
01. Implantação de Roteiros Agroecoturísticos	Implantar os Roteiros propostos	Turismo	12meses		SEPLAMA/ DMA E DDE, Secretaria de Obras	Proprietários, Trade turístico, DER,DNER	DT	
02. Elaboração de Legislação Específica	Criar mecanismos de fiscalização e controle da atividade turística no Município	Turismo	12meses		Procuradoria Municipal SEPLAMA/ DMA e DDE	CPRH, IBAMA, EMPETUR	DT	
03. Elaboração do Diagnóstico de viabilidade para turismo esportivo e de aventura	Viabilizar a implantação de turismo esportivo e de aventura, e sua integração com o agroecoturismo	Turismo	6meses				DT	

8.2 ANEXO II – RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS, EM DESENVOLVIMENTO E A SEREM DESENVOLVIDAS 2003. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO – SEDETUR. DIRETORIA DE TURISMO



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TURISMO

DIRETORIA DE TURISMO

RELATÓRIO – 1º SEMESTRE 2003

AÇÕES DESENVOLVIDAS, EM DESENVOLVIMENTO E A SEREM DESENVOLVIDAS

PROGRAMA AGROECOTURÍSTICO

Projeto	Objetivo	Ações	Coordenação	Parceria	Situação
Roteiros Agroecoturísticos	Criação e implantação de roteiros agroecoturísticos no Município.	Diagnóstico de Potencialidades Agroecoturísticas Plano de Ação	SEPLAMA SEPLAMA	APECO APECO	Finalizado em 1998 Finalizado em 1999
		Formação do GT do Agroecoturismo	SEPLAMA	FIDEM, CPRH, BN, UFPE, EMPETUR, SDETE, INCRA, SEBRAE, AD-DIPER	Realizado em meados de 2000
		Plano de Implementação	SEPLAMA	GT do Agroecoturismo	Finalizado em 2001
		Elaboração de Diagnóstico para Revitalização do Patrimônio Arquitetônico	SEDETUR	Escritório de Arquitetura Vitória Andrade	Em andamento
Legislação Turística	Criar mecanismos de fiscalização e controle da atividade turística no Município	Levantamento de Legislação Existente	SEDETUR – Diretoria de Turismo	Secretaria de Turismo de Bonito - MS	Realizado no primeiro semestre de 2001
		Criação de Grupo de Trabalho	SEDETUR – Diretoria de Turismo	SEPLAMA, Procuradoria Municipal	A ser criado

Diagnóstico de Turismo Esportivo e de Aventura	Identificar a potencialidade do Município para o turismo de aventura e esportivo	Identificar equipe técnica	SEDETUR – Diretoria de Turismo		
Diagnóstico de Avifauna	Identificar a potencialidade do Município para a atividade de observação de aves	Diagnóstico de Avifauna em Santa Beatriz de Carnijó e Granja Santa Cecília	SEDETUR – Diretoria de Turismo	OAP	Realizado
		Diagnóstico de Avifauna em Seva e Pinto	SEDETUR – Diretoria de Turismo	OAP	Previsão para nov e dez/2002

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Projeto	Objetivo	Ações	Coordenação	Parceria	Situação
Melhoria da Infra-estrutura Turística	Viabilizar condições para a exploração turística	Atualização do Diagnóstico de Potencialidades e do Inventário Plano de melhoria das condições ambientais de Conceição Melhoria do acesso a Reserva Carnijó	SEDETUR – Diretoria de Turismo	FIR (estagiários)	Em fase de digitação
Capacitação de Mão de Obra	Sensibilizar, motivar e capacitar Recursos Humanos locais à atividade turística	Coordenação e orientação de cursos da área de turismo	SEDETUR – Diretoria de Turismo	SEPLAMA - Diretoria de meio Ambiente, Secretaria de Obras Secretaria de Obras, Reserva Carnijó SEDETUR – Diretoria de Turismo SEDETUR e AÇÃO SOCIAL	Em andamento Realizado em junho de 2002 Foram realizados cursos de turismo e áreas afins. Ação contínua.
		Programa Rádio Nordeste	SEPLAMA, SEDETUR E Banco do Nordeste	SEPLAMA, Banco do Nordeste, FASH e FAINTVISA	Previsão de realização em nov e dez de 2002
		Turismo nas Escolas	SEDETUR – Diretoria de Turismo	SEPLAMA e Sec. de Educação.	

Integração das Atividades Culturais	Utilização das manifestações culturais locais na atividade turística	Cadastramento dos artesãos na SEDETUR	SEDETUR – Diretoria de Turismo	Iniciada em maio de 2001. Ação contínuo
		Cadastramento dos artesãos na Cruzada de Ação Social	SEDETUR – Diretoria de Turismo e de Desenvolvimento Econômico	Realizada
		Formação da Associação	SEDETUR – Diretoria de Turismo e de Desenvolvimento Econômico	Realizada
		Participação em Exposições e Feiras	SEDETUR – Diretoria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Foram viabilizadas várias participações: Paranaíba, Shopping Center, Casa da Cultura, Parque Aquático de PE, Reserva Carnijó, Festival de Rodeio e Feneart. Ação contínua.
Reestruturação do PNMT	Fortalecimento da participação do Município no PNMT	Realização da 2ª Oficina	SEDETUR – Diretoria de Turismo	Foi solicitada mediante ofício. Aguardando o agendamento.
Integração com Programas Turísticos Regionais	Estabelecer parcerias entre os municípios da região para o desenvolvimento integrado da atividade turística	Articulação Política dos programas	SEDETUR – Diretoria de Turismo	Já foi realizado contato com Cabo de Santo Agostinho

Diagnóstico e Utilização do Patrimônio Histórico Cultural	Levantamento da situação atual do patrimônio histórico arquitetônico Municipal e elaboração de projeto para reutilização	Elaboração de Diagnóstico para Revitalização do Patrimônio Arquitetônico na área rural Revitalização da Estação Rodoviária	SEDETUR	Escritório de Arquitetura Vítória Andrade	Em andamento
Plano de Marketing	Divulgar e promover o turismo no Município, bem como agregar as informações estatísticas.	Criação da Logomarca do Turismo em Moreno	SEDETUR – Diretoria de Turismo	Assessoria de Comunicação	Projeto em revisão
		Estadísticas Turísticas – Perfil São João 2002	SEDETUR – Diretoria de Turismo	FIR	Realizada em 2001. Ficando com o se-guinte slogan: Turis-mo em Moreno, uma nova opção. Realizada
		Estadísticas Turísticas – Perfil Festa da Padroeira 2001	SEDETUR – Diretoria de Turismo	FIR	Realizada
		Estadísticas Turísticas – Perfil São João 2002	SEDETUR – Diretoria de Turismo	FAINTVISA	Em fase de digitação
		Estadísticas Turísticas – Perfil Festa da Padroeira 2002	SEDETUR – Diretoria de Turismo	FAINTVISA	A ser realizada em dezembro de 2002
		Divulgação	SEDETUR	Assessoria de Comunicação	Foram realizadas diversas divulgações na mídia. Ação contínua
		Captação de Novos Empreendedores	SEDETUR	Diretoria de Desenvolvimento Econômico	Ação contínua